



Enapor

Portos de Cabo Verde

The background is a photograph of a port area. In the foreground, a large red portainer (ship loader) is visible. To its right, a yellow Grove crane is mounted on a truck. In the background, several ships are docked at a pier, and distant mountains are visible under a blue sky with scattered clouds.

RELATÓRIO & CONTAS 2024

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	4
1. A ENAPOR – Portos de Cabo Verde	8
1.1. Apresentação da Empresa	9
1.2. Capital Social.....	10
1.3. Órgãos Sociais	10
1.4. Missão, Visão e Valores	11
1.5. Modelo de Gestão e Estrutura Organizacional	12
2. Enquadramento do Negócio	14
3. O Negócio e o Tráfego Portuário	19
3.1. Movimento de Navios	20
3.2. Movimento de Passageiros.....	21
3.3. Movimento de Mercadorias.....	22
3.4. Movimento de Contentores.....	23
4. Enquadramento das Atividades.....	24
4.1. Comercial e Marketing	25
4.1.1. Comercial	25
4.1.2. Marketing Portuário e Imagem	27
4.2. Recursos Humanos	34
4.2.1. Pessoal ao Serviço.....	34
4.2.2. Formação e Capacitação	35
4.2.3. Avaliação de Desempenho	36
4.3. Inovação e Tecnologias de Informação	37
4.3.1. Inovação, Aplicação de Negócios e Estatísticas.....	37
4.3.2. Redes, Comunicação e Plataforma Corporativa.....	39
4.4. Gestão das Concessões.....	40
4.4.1. Monitorização e fiscalização.....	41

4.5. Desenvolvimento e Manutenção das Infraestruturas	46
5. Análise Financeira	63
5.1. Resultados do Exercício	64
6. Evolução Previsível da Sociedade	77
7. Gestão de Risco	80
8. Proposta de Aplicação de Resultados	85

MENSAGEM DO PRESIDENTE



É com grande satisfação que apresentamos o Relatório e Contas da ENAPOR – Portos de Cabo Verde referente ao exercício do ano 2024, um período marcado por desafios e conquistas que reforçam o papel estratégico da nossa empresa no desenvolvimento do sector portuário de Cabo Verde.

Ao longo do ano, demos passos significativos na modernização e otimização das nossas infraestruturas e serviços, sempre com o compromisso de garantir eficiência operacional e satisfação dos nossos clientes e parceiros. Investimos na digitalização de processos, na capacitação dos nossos colaboradores e na melhoria contínua da nossa oferta, alinhando-nos com as melhores práticas internacionais.

Os resultados obtidos em 2024, que se revelaram extremamente positivos, com crescimentos acima da média dos últimos anos, refletem o esforço coletivo da nossa equipa e a confiança das nossas partes interessadas (*stakeholders*). Apesar dos desafios impostos pelo contexto económico global, conseguimos manter um desempenho sólido, garantindo a sustentabilidade financeira da empresa e contribuindo ativamente de forma significativa para o fortalecimento da economia nacional.

Assim, continuaremos a apostar na inovação, na eficiência e na responsabilidade ambiental, sempre focados em consolidar a ENAPOR como uma referência no sector portuário. Olhamos para o futuro com ambição e determinação, conscientes do nosso papel central na dinamização do comércio e na conectividade marítima do país.

As expectativas para os próximos anos são extremamente positivas, sendo expectável uma melhoria significativa em várias áreas. Os portos de Cabo Verde deverão alcançar grandes avanços operacionais, como resultado do aumento da eficiência, da melhoria da qualidade de serviço e produtividade, bem como da expansão da capacidade infraestrutural para responder ao crescimento esperado no tráfego de cargas e navios.

Dessa forma, os grandes projetos de expansão de infraestruturas terão um impacto direto no fortalecimento das capacidades comerciais e turísticas de Cabo Verde. Esses investimentos serão cruciais para consolidar os portos como centros logísticos de relevância regional e internacional.

Para 2025, é esperada a conclusão da construção do Terminal de Cruzeiros do Mindelo, que marcará uma nova era na receção de cruzeiristas nos portos nacionais. Incluirá um sistema de fornecimento de energia em terra (*Onshore power supply* – OPS)¹ que permitirá a redução significativa das emissões de carbono e de gases nocivos durante a estadia de navios de cruzeiros no Porto Grande.

Paralelamente, a rede de gares marítimas, que abrangerá os portos da Praia, Vale de Cavaleiros, Tarrafal, Palmeira e Sal-Rei e cujas obras nesses portos serão iniciadas no mesmo período, visa melhorar a conectividade entre as ilhas, proporcionando maior conforto e eficiência no transporte interilhas de passageiros.

No âmbito do programa Global Gateway, o Porto Grande e o Porto de Porto Novo serão expandidos significativamente também a partir de 2025, enquanto a expansão do Porto de Palmeira, igualmente integrada neste programa, deverá arrancar em 2026.

No Porto Grande, as obras previstas permitirão a expansão e reorganização das infraestruturas existentes e a transição de um porto multipurpose para um porto com terminais dedicados. Já no caso do Porto de Porto Novo, a expansão consistirá fundamentalmente na extensão em 270 metros do cais existente, permitindo a atracação segura de navios de maiores dimensões, incluindo navios de cruzeiros de até 200 metros de comprimento.

¹ O projeto *Onshore power supply* (OPS) – fornecimento de energia em terra – tem como objetivo principal proporcionar o fornecimento de energias limpas aos navios de cruzeiro durante o período em que permanecem atracados nos portos do país.

Esses desenvolvimentos, juntamente com o crescimento da economia azul e a garantia da sustentabilidade financeira a longo prazo, deverão reforçar os nossos portos, contribuir para o crescimento dos negócios associados e melhorar significativamente os resultados financeiros da ENAPOR, contribuindo para posicionar Cabo Verde como um ator cada vez mais relevante no cenário marítimo global.

A ENAPOR reafirma o seu compromisso com a descarbonização das atividades portuárias, através da implementação de soluções que promovam o uso de energias renováveis e a eficiência energética nos seus portos. Essas iniciativas estão alinhadas com o objetivo de tornar os portos de Cabo Verde mais sustentáveis e competitivos no cenário global.

Agradeço a dedicação dos nossos colaboradores, a confiança dos nossos clientes e parceiros e reafirmo o nosso compromisso com a excelência e com o desenvolvimento sustentável.

1

A ENAPOR PORTOS DE CABO VERDE



8 de 87

1.1. Apresentação da Empresa

Criada a 1 de setembro de 1982, a ENAPOR – Portos de Cabo Verde² é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos direta e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde.

A sociedade, enquanto concessionária-geral dos portos, tem por objeto a administração, gestão e exploração económica dos portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuária, cuidando da sua conservação, planeamento e desenvolvimento, o que abrange o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

O portfólio da Empresa é constituído pelos serviços de pilotagem, reboque, amarração/desamarração, atracação/desatracação, equipamentos, tráfego de mercadorias, armazenagem, fornecimento de energia e água e *bunkering*³.

A Empresa está presente nas nove ilhas habitadas do país, unindo-as e ligando-as ao mundo, através de infraestruturas que garantem a prestação de serviços com a qualidade e a segurança almejadas.

Com mais de quarenta anos no mercado, a ENAPOR é uma das referências do sector empresarial cabo-verdiano, assentando o seu sucesso em profissionais qualificados e motivados, movidos pelo espírito de equipa e foco no cliente.

² Neste relatório, a ENAPOR – Portos de Cabo Verde será referida como ENAPOR ou Empresa.

³ Serviço prestado para abastecimento de combustível para os navios que utilizam os portos do país.

1.2. Capital Social

Em setembro de 1982, data da sua criação, a ENAPOR contava com um capital social de 750.000 mECV. Em 2009, este foi aumentado para 1.200.000 mECV, pertencentes ao Estado de Cabo Verde, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelos valores integrantes do seu património, o que espelha o crescimento sustentado da Empresa ao longo dos anos.

1.3. Órgãos Sociais

O modelo de governo societário em vigor na ENAPOR compreende uma estrutura organizativa constituída pela Assembleia-Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, com poderes conferidos pelos Estatutos da Empresa, Estatuto do Gestor Público e Leis aplicáveis ao sector público empresarial.



1.4. Missão, Visão e Valores

Garantir a prestação de serviços eficientes e de qualidade aos clientes dos Portos de Cabo Verde, assegurada por profissionais qualificados e motivados, com base em infraestruturas e equipamentos adequados, com segurança e respeitando o ambiente e os requisitos técnicos mínimos estabelecidos, de maneira a potenciar a unificação do mercado interno e a sua integração competitiva na economia mundial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do país.

Fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a “âncora” da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários de referência internacional no Atlântico Médio, contribuindo ativamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.



Ambiente: garantir a integração e sustentabilidade ambiental das operações, como um valor de dignidade corporativa;

Cliente: ter o cliente como o valor primeiro da razão de ser da ENAPOR;

Inovação: procurar sempre a inovação com vista a uma maior competitividade;

Responsabilidade Social: além do desenvolvimento das atividades económicas, que devem desenrolar-se de forma socialmente equilibrada e em benefício dos cidadãos em geral, procura-se reservar uma atenção especial ao bem público e ao bem-estar e segurança dos colaboradores da Empresa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país por via da intervenção comunitária, através da promoção de ações de sensibilização da consciência ambiental e cívica;

Rigor: incrementar o nível individual de aperfeiçoamento em todas as execuções e exercício das atividades portuárias;

Segurança: perspetivar a segurança como um imperativo do sector marítimo e portuário;

Transparência: promover a transparência nos procedimentos com os *stakeholders* da empresa.

1.5. Modelo de Gestão e Estrutura Organizacional

O conselho de administração adota para a ENAPOR um modelo de gestão holística, convicto de que a Empresa não deve ser vista como um conjunto de departamentos que executam atividades isoladas, mas sim como um corpo único, aberto e em constante interação, com sentido da “humanização do trabalho”, ambição coletiva, orientado para os resultados e alinhado com a cultura da própria Empresa.

Sendo assim, a estrutura organizacional da ENAPOR é ágil e capaz de responder prontamente aos desafios atuais.

O organograma que se segue ilustra a estrutura organizacional da ENAPOR, concebida para refletir a sua visão holística e a agilidade necessária para enfrentar os desafios.



2

ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO



Enapor

Portos de Cabo Verde

Porto da Praia
Ilha de Santiago

O ano de 2024 foi marcado por uma recuperação económica gradual para Cabo Verde, impulsionada pela retoma do sector turístico, pelo aumento da atividade portuária e por investimentos em infraestruturas estratégicas. No entanto, diversos fatores globais e locais condicionaram o desempenho económico, o que refletiu diretamente nas operações da ENAPOR e na atividade dos portos do país.

O sector marítimo-portuário de Cabo Verde continuou a ser um dos principais motores de crescimento da economia em 2024, beneficiando de várias tendências e eventos que tiveram impacto direto no seu desempenho, entre as quais:

Recuperação da Demanda Global de Transporte Marítimo – A recuperação económica mundial pós-covid-19 continuou em 2024, impulsionando o comércio global e aumentando a procura por serviços portuários. Cabo Verde, como ponto estratégico de transbordo entre a Europa, América e África, registou um crescimento no tráfego de mercadorias, navios e passageiros nos seus portos.

Investimentos em Infraestruturas Portuárias – Em 2024, o Governo e a ENAPOR prosseguiram com investimentos substanciais na modernização dos portos, aumentando a capacidade de operação. O foco na digitalização e automação dos processos portuários também contribuiu para uma maior eficiência operacional, posicionando os portos nacionais como mais competitivos.

Desafios Logísticos e Climáticos – Embora o sector tenha apresentado um crescimento positivo, o ano de 2024 não ficou isento de desafios. O aumento dos custos globais de transporte, agravado pela redução na disponibilidade de contentores e pela inflação no custo do combustível, impactou as margens operacionais. Além disso, eventos climáticos extremos, como tempestades e secas, afetaram as operações nos portos mundiais, com reflexos em Cabo Verde.

Adoção de Iniciativas Ecológicas – A ENAPOR reforçou os seus investimentos em tecnologias mais ecológicas e sustentáveis, com foco na redução de emissões de carbono e na implementação de políticas de descarbonização no sector portuário. Essas ações estão alinhadas com as tendências globais de sustentabilidade e resposta às alterações climáticas. O ano de 2024 foi de recuperação para a economia mundial, mas também de desafios significativos. Os principais eventos globais que afetaram a economia mundial e, por conseguinte, a de Cabo Verde, foram:

A Guerra na Ucrânia – O conflito entre a Rússia e a Ucrânia continuou a ter implicações económicas globais em 2024, com os preços dos combustíveis e das mercadorias (*commodities*) ainda elevados, impactando diretamente as economias dependentes de importações, como a de Cabo Verde. Os aumentos nos preços de energia e alimentação impactaram as finanças do país.

Crescimento Económico Global – A economia global continuou a crescer de forma moderada em 2024, embora o crescimento tenha sido desigual, visto que países em desenvolvimento enfrentaram dificuldades acentuadas devido à inflação e à desaceleração nas economias avançadas. Esse contexto repercutiu em Cabo Verde, particularmente nos custos de importação de bens e serviços que aumentaram devido à inflação global.

Crises Climáticas e Catástrofes Naturais – O impacto das alterações climáticas continuou a representar um risco global. O aumento de eventos climáticos extremos como ciclones e tempestades afetou as operações do sector marítimo e portuário global, gerando repercussões em Cabo Verde.

Política Monetária Global – O aumento das taxas de juros por parte dos bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu e o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos de América, teve implicações diretas no custo do financiamento. Isso contribuiu para um abrandamento no ritmo de investimentos externos em várias regiões, incluindo Cabo Verde.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde continuou a trajetória de recuperação em 2024, crescendo a uma taxa estimada de 5%, segundo o Fundo Monetário Internacional, e de 6,1%, segundo o Banco de Cabo Verde. Esse crescimento foi impulsionado principalmente por três fatores:

Recuperação do Sector de Turismo – O turismo continuou a desempenhar um papel central na economia nacional, registando um aumento significativo do número de turistas no país e das receitas do sector de serviços, em comparação com o ano 2023.

Desempenho Positivo do Sector Marítimo-Portuário – O aumento do tráfego de mercadorias contribuiu para o crescimento do PIB.

Aumento da Atividade no Sector de Construção e Infraestruturas – O investimento em infraestruturas, particularmente em projetos de modernização portuária e de energia renovável, também contribuiu para o crescimento da economia.

Do lado da oferta, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) de Cabo Verde em 2024 apresentou uma variação positiva, refletindo o crescimento nas principais atividades económicas. O VAB totalizou um aumento de cerca de 4,8% em relação ao ano 2023, impulsionado pelos seguintes sectores:

Transportes e Comunicações: o sector marítimo, especialmente as atividades portuárias, foi um dos principais motores, alcançando um aumento significativo na movimentação de cargas e passageiros.

Turismo: este sector cresceu 6,7%, devido à retoma das viagens internacionais.

Agricultura e Pescas: o sector pesqueiro registou um bom desempenho, graças ao aumento nas exportações de pescado, enquanto o sector agrícola registou um crescimento mais moderado.

Do lado da procura, o consumo privado continuou sua recuperação, embora de forma moderada, com uma variação de 2,3% em relação a 2023. O aumento da confiança do consumidor e a redução do desemprego foram fatores que contribuíram para sustentar a demanda interna, assim como também:

Consumo Público: o Governo manteve o ritmo de investimentos em infraestruturas e serviços públicos, o que resultou num aumento em cerca de 4,2% no consumo público.

Exportações e Importações: as exportações aumentaram 5,1%, impulsionadas principalmente pelas exportações de pescado. Já as importações cresceram 6,7%, refletindo uma maior demanda por bens de consumo e de capital.

Investimentos: os investimentos em infraestruturas e energia renovável, bem como os projetos de modernização portuária, impulsionaram os investimentos, registando um aumento estimado de 7,2%.

Em conclusão, o negócio portuário permanece um pilar determinante no desenvolvimento económico de Cabo Verde, destacando-se como um dos sectores-chaves para o posicionamento de Cabo Verde como um país de desenvolvimento médio.

3 O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO

3. O Negócio e o Tráfego Portuário

19 de 67

Porto Novo
Ilha de Santo Antão

Os dados relativos ao negócio portuário indicam uma recuperação gradual do sector e da atividade comercial dos portos de Cabo Verde, o que reforça a expectativa de um crescimento ainda mais robusto nos próximos anos, impulsionado pelos investimentos em infraestruturas e equipamentos em todos os portos do país.

Com vista a concretização de uma visão estratégica mais ampla, na qual os portos continuarão a desempenhar um papel importante na cadeia logística e marítima, os objetivos estratégicos da administração da Empresa têm tido foco na simplificação dos processos e no reforço da aposta na digitalização, assegurando, assim, a prestação de serviços de elevada qualidade.

3.1. Movimento de Navios

Comparativamente ao ano anterior, em 2024 registou-se um aumento de entrada de navios nos portos nacionais, com o total de 8.164 escalas, correspondendo a uma variação positiva de 3,6% quando comparado com o período homólogo de 2023 (7.877 escalas).

De janeiro a dezembro de 2024, os portos nacionais receberam 1.444 navios de longo curso e 6.720 navios de cabotagem.

		Acumulado		Variação	
Rúbricas	Unid.	Jan - Dez 2024	Jan - Dez 2023	Abs.	%
Movimento de Navios					
Total de Navios de Longo Curso	Nº	1 444	1 236	208	16,8%
Total de Navios de Cabotagem	Nº	6 720	6 641	79	1,2%
Total de Navios (Longo Curso + Cabotagem)	Nº	8 164	7 877	287	3,6%

Assim, esse volume de escalas superou em 6,4% o número registado em 2022 (7.675), tal como manteve um crescimento significativo de 20,1% face às escalas do ano 2021 (6.799).

No que se refere à movimentação de navios de cruzeiros, durante o ano de 2024, os portos de Cabo Verde receberam 250 navios, registando aumentos de 46,2% e 93,8% quando comparado com os períodos homólogos de 2023 e 2022, respetivamente.

3.2. Movimento de Passageiros

Ao longo de 2024, foi registada a movimentação de um total de 1.602.805 passageiros em todos os portos do país, o que representa um aumento de 8,3% face ao mesmo período do ano de 2023 (1.479.693 passageiros).

		Acumulado		Variação	
Rúbricas	Unid.	Jan - Dez 2024	Jan - Dez 2023	Abs.	%
Movimento de Passageiros					
Total de Passageiros de Longo Curso	Nº	109 291	86 721	22 570	26,0%
Total de Passageiros de Cabotagem	Nº	1 493 514	1 392 972	100 542	7,2%
Total de Passageiros (Longo Curso + Cabotagem)	Nº	1 602 805	1 479 693	123 112	8,3%

Registou-se a movimentação de 109.291 passageiros no tráfego de longo curso e um total de 1.493.514 passageiros no tráfego de cabotagem.

Do total dos passageiros de longo curso, 110.554 correspondem a passageiros de navios cruzeiros, traduzindo um aumento de 27,2% comparativamente ao ano 2023 (86.945 passageiros), ultrapassando-se, por larga margem, os números dos anos de 2022 e 2021 (61.976 e 11.066 passageiros, respetivamente).

3.3. Movimento de Mercadorias

No que diz respeito ao movimento de mercadorias nos portos de Cabo Verde, registou-se um aumento de 12,0% em relação aos números alcançados no ano 2023.

Movimento de Mercadorias por tipo de Carga				
Grupos de Mercadorias	Jan - Dez 2024	Jan - Dez 2023	Variação	
	UNID. TON.		Abs.	%
Carga Convencional	891 212	884 192	7 020	0,8%
Granel Líquido	987 713	763 210	224 503	29,4%
Carga Contentorizada	901 972	820 544	81 428	9,9%
Granel Sólido	181 609	175 985	5 624	3,2%
Pescado	24 056	23 113	943	4,1%
TOTAL	2 986 562	2 667 044	319 518	12,0%

Ao analisar a movimentação de mercadorias por tipo de carga, comparativamente aos dados do ano 2023, verifica-se uma variação positiva em todos os grupos de mercadorias, com destaque para o granel líquido e a carga contentorizada que registaram aumentos de 29,4% e 9,9%, respetivamente.

Com referência a 31 de dezembro de 2024, os portos de Cabo Verde movimentaram 1.652.690 toneladas de mercadorias provenientes de portos estrangeiros, o que representa um aumento, em termos absolutos, de 269.032 toneladas, em relação ao período homólogo de 2023 (1.383.658 toneladas).

No que se refere à cabotagem, foram movimentadas 1.333.882 toneladas de mercadorias, representando, em termos absolutos, um aumento de 50.496 toneladas, comparativamente ao mesmo período do ano 2023 (1.283.386 toneladas).

3.4. Movimento de Contentores

Relativamente ao movimento de contentores (TEUs), registou-se um aumento de 6,5%, comparativamente ao ano 2023.

A análise por tipo de tráfegos mostra um aumento de 4,0% no total de TEUs movimentados no tráfego de longo curso e de 16,4% no tráfego de cabotagem.

		Acumulado		Variação	
Rúbricas	Unid.	Jan - Dez 2024	Jan - Dez 2023	Abs.	%
Movimento de Contentores					
Total de Contentores de Longo Curso	Teus	70 930	68 205	2 725	4,0%
Total de Contentores de Cabotagem	Teus	20 248	17 388	2 860	16,4%
Total de Contentores (Longo Curso + Cabotagem)	Teus	91 178	85 593	5 585	6,5%

Quase todos os portos seguiram essa tendência de crescimento. No entanto, verificaram-se reduções em três portos, nomeadamente, no do Porto Novo (-3,7%), no Porto Vale de Cavaleiros (-7,4%) e no Porto de Furna (-12,7%).

4

ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES



24 de 87

Porto da Palmeira
Ilha do Sal

3.5. Comercial e Marketing

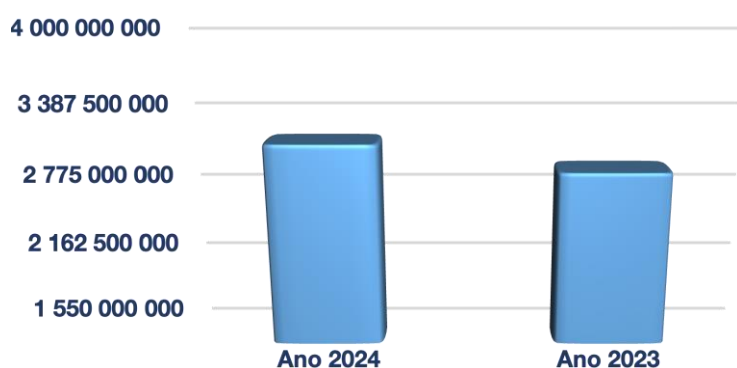
Com o mercado cada vez mais competitivo e dinâmico, o foco da gestão comercial da ENAPOR – Portos de Cabo Verde mantém-se centrado nos clientes, priorizando a satisfação das suas necessidades, através da otimização de recursos e da eficiência na prestação de serviços portuários.

Durante o ano 2024, foi implementado um conjunto de atividades direcionado para a melhoria dos processos internos, o fortalecimento do relacionamento de proximidade com os clientes, a gestão eficaz da carteira de clientes – permitindo o controlo rigoroso das suas situações de dívida – e a promoção dos portos de Cabo Verde nos diferentes segmentos de negócio, quer a nível nacional como internacional.

3.5.1. Comercial

Faturação Anual da ENAPOR

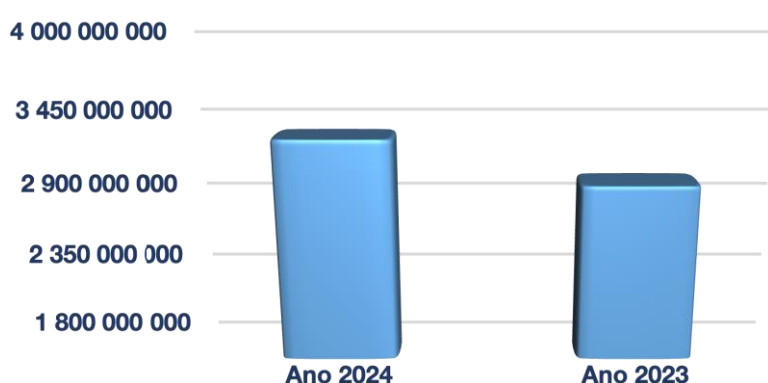
A retoma da economia mundial impulsionou o negócio portuário em Cabo Verde, tendo sido registado, durante o ano 2024, uma faturação no valor de 3.190.011 mECV, o que representa um aumento de 7,5% comparativamente aos resultados atingidos no ano 2023.



Os vinte principais clientes representam 85,9% da faturação total da ENAPOR, sendo este grupo composto por armadores, agências nacionais e internacionais e grandes carregadores.

Cobrança Anual da ENAPOR

Ao nível das cobranças, através de um rigoroso controlo no cumprimento dos prazos de liquidação das faturas, a Empresa superou os resultados alcançados durante o ano 2023 (3.044.414 mECV) em 10,4%, o que representa em termos absolutos uma variação de +315.266 mECV, tendo sido registado uma cobrança anual de 3.359.681 mECV.



Os valores orçamentados para o ano em questão, 3.391.991 mECV, não foram completamente atingidos, ficando apenas 1% aquém, devido ao papel estratégico da ENAPOR no mercado, sobretudo para garantir a ligação e a subsistência das ilhas.

Análise da Situação de Dívida dos Clientes

Durante o ano 2024, foram celebrados vários acordos de liquidação de dívidas e encontros de contas com diferentes empresas e instituições, resultando na resolução de dívidas antigas. Contudo, permaneceram dívidas em contencioso, além de uma situação de

incumprimento das obrigações do contrato por parte da concessionária da plataforma de frio no Porto Grande do Mindelo, que culminou na resolução do contrato de concessão.

Dessa forma, a ENAPOR terminou o ano económico de 2024 com um total de 709.532 mECV a receber de clientes, representando um aumento de 21,8% se comparado com o período homólogo de 2023 (582.643 mECV).

O sector público é responsável por 21,7% desse valor e o sector privado pelos restantes 78,3%. Desse valor, 28% estão associados à dívida acumulada pela então concessionária da plataforma de frio no Porto Grande do Mindelo, sendo que uma parte substancial dessa dívida deverá ser regularizada mediante o acionamento de um seguro caução.

3.5.2. Marketing Portuário e Imagem

O ano 2024 foi marcado pela realização de várias ações de marketing na empresa, divididas pelas seguintes áreas:

- I. Ações de Marketing Interno/Endomarketing (Marketing Humanizado);
- II. Ações de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Nacional/Internacional;
- III. Marketing Social (Patrocínios e Responsabilidade Social);
- IV. Parcerias Estratégicas de Gestão e Promoção.

I. Ações de Marketing Interno/Endomarketing

Reconhecendo que os colaboradores são o principal recurso para o sucesso da Empresa, 2024 foi marcado por iniciativas que fortaleceram a valorização, motivação e envolvimento desses colaboradores.

Com essa abordagem, e compreendendo que os colaboradores são fundamentais para a promoção institucional e credibilidade da ENAPOR, 2024 foi dedicado a reforçar o conceito

de humanização, promovendo-o de forma consistente, consolidando-se como um posicionamento estratégico da Empresa, ao mesmo tempo em que se buscou garantir que a mensagem transmitida sobre a ENAPOR – Portos de Cabo Verde seja a mais positiva e confiável. Entre as principais ações realizadas destacam-se:

a) Mês de Março – Mês da Mulher

No âmbito desta programação, a administração da ENAPOR realizou diversas atividades em todas as estruturas da Empresa, incluindo a entrega de flores no Dia Internacional da Mulher, palestras sobre a saúde da mulher e a realização de um jantar.

Integrada na campanha #MulherPortuária, foi desenvolvida uma iniciativa interna de angariação de pensos higiénicos, que foram posteriormente doados à OMCV - Organização das Mulheres Cabo-Verdianas. Essa ação teve como objetivo minimizar os constrangimentos enfrentados durante o período menstrual, resultantes das precárias condições económicas e sociais que afetam mulheres e meninas em todo o país, promovendo, assim, cuidados com a saúde feminina.

b) Jornadas Portuárias sob o Lema: “Ondas de Mudança: Adaptação, Transformação e Desenvolvimento do Sector Portuário Nacional”

A sexta edição das Jornadas Portuárias da ENAPOR decorreu nos dias 28 e 29 de fevereiro, na ilha do Maio. Esse evento, consolidado desde 2017, continua a ser um espaço privilegiado de reflexão e análise sobre os desafios do sector portuário, promovendo uma gestão participativa, moderna e inovadora dos portos e fortalecendo a atividade portuária, um dos pilares da economia cabo-verdiana.

Em 2024, com o intuito de valorizar o capital humano da Empresa, foi introduzida pela primeira vez a distinção Portuário do Ano, que foi atribuída ao Director de Desenvolvimento e

Manutenção de Infraestruturas, Dr. Osvaldo Lopes, pelo excelente desempenho na prossecução das suas funções durante o ano 2023 e por ter contribuído para o sucesso da Empresa ao longo dos anos. Foram também galardoados o então Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Gestão de Concessões, Comandante José Fortes, e o Administrador-delegado do Porto da Praia, Dr. Nelson Freire, pelo excelente desempenho em 2023.

No âmbito da política de responsabilidade social da ENAPOR, a Escola Básica de Pilão Cão, da ilha do Maio, foi escolhida para receber o apoio social da edição de 2024, reforçando o compromisso da ENAPOR com a comunidade local.

c) Mês de Maio – Comemoração do Dia do Trabalhador

No âmbito da comemoração do Dia do Trabalhador, assinalado no dia 1 de maio, com o objetivo de prestigiar os colaboradores da empresa e em sintonia com as dinâmicas vividas no ano anterior no país e no mundo, a ENAPOR realizou uma homenagem aos colaboradores, reconhecendo o entusiasmo e a proatividade de todos no exercício das suas funções, necessários e obrigatórios para a manutenção do espírito de equipa e para o sucesso coletivo.

Além dessas comemorações, outras datas, igualmente importantes, e campanhas que reforçam a saúde e o bem-estar dos colaboradores complementaram as iniciativas internas, quais sejam:

- Mês de março – Dia do Pai
- Mês de abril – Dia Mundial da Atividade Física
- Mês de junho – Mês das Crianças;
- 41º Aniversário da ENAPOR;
- Campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”.

II. Ações de Marketing e Reforço da Imagem a nível Nacional/Internacional

a) Participação da ENAPOR na Seatrade Cruise Global e Seatrade Cruise Med

A Seatrade Cruise Global aconteceu de 08 a 11 de abril de 2024, no Centro de Convenções de Miami, nos Estados Unidos da América. A ENAPOR, enquanto membro da Cruise Atlantic Islands (CAI), tem vindo a consolidar a sua participação estratégica na promoção do corredor atlântico das ilhas da Macaronésia – Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores – apresentando-o como um destino integrado, complementar e diversificado para os turistas de cruzeiros.

Reconhecida como a maior vitrine da indústria de turismo de cruzeiros, a Seatrade Cruise Global contou com o tema "A evolução dos cruzeiros", abordando as principais tendências e inovações do sector. O evento reuniu mais de 600 expositores de cerca de 120 países, destacando-se como uma plataforma privilegiada para a promoção do destino Cabo Verde. Para além disso, constituiu uma oportunidade única para estabelecer redes de contacto, fomentar novos negócios e fortalecer parcerias com atores globais da indústria.

Já a Seatrade Cruise Med decorreu nos dias 11 e 12 de setembro de 2024, no Centro de Feiras e Convenções de Málaga. Integrando o portfólio da Seatrade Cruise, essa feira foi direcionada a profissionais da indústria de cruzeiros no Mediterrâneo e nos seus mares adjacentes.

b) Participação da ENAPOR na Nona Edição da Feira de Navalvia

De 21 a 23 de maio, a ENAPOR esteve presente na Nona Edição da Feira de Navalvia, reconhecida como um dos mais relevantes eventos internacionais voltados para a economia marítima na Europa, realizada bienalmente na cidade de Vigo, Espanha.

Durante a sua participação, a Empresa focou no sector de transbordo de pescado, um segmento estratégico para o negócio portuário nacional, que tem registado um crescimento

contínuo. A Feira de Navalia, reconhecida pela sua importância no mercado marítimo internacional, tem sido para a ENAPOR um espaço estratégico para interações entre empresas e organizações do sector.

c) ENAPOR como anfitriã da Nona Reunião da Rede de Comandantes e Oficiais de Segurança das Instalações Portuárias da AGPAOC

Decorreu entre os dias 1 e 3 de julho, na cidade da Praia, a nona reunião da Rede de Comandantes e Oficiais de Segurança das Instalações Portuárias, promovida pela Associação de Gestão de Portos da África Ocidental e Central (AGPAOC). A ENAPOR, enquanto membro da associação, foi a anfitriã dessa importante edição.

O evento ocorreu num cenário desafiador, marcado pelo conflito no Mar Vermelho, contexto que agravou os desafios relacionados com a gestão das fronteiras marítimas e portuárias na região da África Ocidental. A reunião abordou temas cruciais como:

- Melhores práticas na gestão de crises;
- Aplicação da Inteligência Artificial para aprimorar operações portuárias, segurança marítima e gestão ambiental;
- Revisão das recomendações da Oitava Reunião dos Comandantes e Oficiais de Segurança, realizada na Costa do Marfim, em junho de 2023.

A nona reunião contou com a participação de representantes de quinze países e vinte e dois portos membros da AGPAOC, reforçando a importância da cooperação regional para o fortalecimento do sector portuário africano.

d) Participação da ENAPOR nas Feiras Nacionais – EXPOMAR e Feira Internacional de Cabo Verde

A Expomar 2024 decorreu de 7 a 9 de novembro nas instalações do Porto Grande, em Mindelo. A Empresa esteve presente no evento para divulgar a sua imagem institucional e partilhar informações sobre os portos de Cabo Verde, os seus segmentos de exploração e os projetos em carteira para serem implementados, destacando os projetos de Expansão do Porto Grande, do Porto do Porto Novo e do Porto da Palmeira.

A Feira Internacional de Cabo Verde foi realizada no mesmo mês, do dia 20 ao dia 23, também nas instalações do Porto Grande, em Mindelo, sob o lema “Em prol da paz e do desenvolvimento sustentável”. A ENAPOR participou com um stand verdadeiramente inovador, que se destacou pelo seu design minimalista, moderno e apelativo. A estrutura modular ofereceu uma apresentação visual impactante, que refletiu fielmente a identidade da empresa, tendo contribuído também para o fortalecimento da imagem institucional da ENAPOR, demonstrando seu compromisso com a inovação e a modernização constante.

e) Participação da ENAPOR nas Feiras Nacionais – EXPOMAR e Feira Internacional de Cabo Verde

A ENAPOR – Portos de Cabo Verde tem reiterado o seu compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, destacando-se pelo papel ativo no Projeto Padrinhos do Mar, uma iniciativa liderada pelo Ministério do Mar. Nesse contexto, a ENAPOR assumiu o apadrinhamento da Praia Grande, localizada na zona norte de São Vicente, uma praia especialmente vulnerável à acumulação de lixo marítimo, sobretudo plásticos e pequenas redes, que representam uma séria ameaça à fauna marinha, entre as quais as tartarugas.

Reconhecendo a importância da proteção dessa área, a ENAPOR implementou um plano anual de atividades visando à conservação ambiental e promoção de boas práticas, em parceria com diversas instituições, entre as quais se destacam as seguintes ações:

- Campanhas de Limpeza, que foram realizadas com a participação de colaboradores e parceiros, promovendo a conscientização sobre a preservação ambiental.
- Instalação de Infraestrutura Sustentável, um contentor de lixo ecológico, produzido nacionalmente pela empresa Simili, que foi instalado na Praia Grande. A manutenção e a recolha dos resíduos são realizadas periodicamente pela Câmara Municipal de São Vicente.

III. Marketing Social (Patrocínios e Responsabilidade Social)

Com base na sua Política de Patrocínios e comprometidos com a responsabilidade social, a ENAPOR atendeu a vários pedidos de patrocínios durante o ano 2024. O objetivo foi apoiar causas e projetos considerados importantes para a promoção de Cabo Verde em várias vertentes, evidenciando o compromisso contínuo de fortalecer o impacto nas comunidades e parceiros estratégicos.

IV. Parcerias Estratégicas de Gestão e Promoção

As parcerias estratégicas para a promoção dos portos de Cabo Verde desempenham um papel crucial para o desenvolvimento e a internacionalização do sector portuário do arquipélago. Com a crescente importância do transporte marítimo e a localização estratégica de Cabo Verde no Atlântico, essas parcerias são fundamentais para consolidar os portos do país como centros (hubs) logísticos e pontos de referência no comércio internacional.

A promoção dos portos de Cabo Verde envolve uma série de ações focadas na modernização das infraestruturas, na melhoria da eficiência operacional e no fortalecimento da sua competitividade. Através de parcerias com empresas e investidores internacionais, as

autoridades portuárias têm implementado projetos, que visam modernizar os terminais, ampliar a capacidade de manuseio de carga e introduzir soluções tecnológicas inovadoras para otimização dos processos logísticos.

Ao longo do ano 2024, foram celebradas algumas parcerias, destacando-se as seguintes:

- **Parceria com o Programa Global Gateway**, que visa o financiamento dos projetos de expansão do Porto Grande, do Porto do Porto Novo e do Porto de Palmeira, além dos trabalhos preparatórios para a implementação do projeto *onshore power supply* no Terminal de Cruzeiros do Mindelo.
- **Parceria com a Associação Internacional de Linhas de Cruzeiro – Cruise Lines International Association (CLIA)**, considerada a maior associação comercial da indústria de cruzeiros no mundo, visa a promoção do negócio de cruzeiros, de modo a garantir a competitividade dos portos de Cabo Verde no corredor atlântico.

3.6. Recursos Humanos

3.6.1. Pessoal ao Serviço

O ano de 2024 foi fortemente marcado pela aposta na promoção e desenvolvimento da economia azul, desempenhando esta um importante papel no desenvolvimento da economia marítima.

Foi retomado o processo de subconcessão dos serviços portuários, tendo sido criadas equipas para o seu desenvolvimento. Com isso se vislumbrou impactos significativos no redimensionamento do quadro de pessoal, o que implicou uma necessária política de contenção na contratação de novos colaboradores, apesar das necessidades identificadas, principalmente nas estruturas portuárias, cujas operações mantiveram com o habitual dinamismo.

A empresa terminou o ano de 2024 com um contingente global de 960 profissionais ao serviço, dos quais 534 pertenciam ao pessoal de quadro e 426 eram trabalhadores portuários.

Estruturas	Ano 2024				
	Pessoal Quadro			Pessoal Estiva	Total Geral
	Efetivo Quadro	Contratado Quadro	Pessoal Quadro	Efetivo Estiva	
Ad. Central	53	9	62	0	62
Ad. Porto Grande	122	54	176	120	296
Ad. Porto Praia	116	84	200	175	375
Dir. Porto Palmeira	28	5	33	43	76
Dir. Porto Sal-Rei	9	0	9	22	31
Dir. Porto Vale Cavaleiros	8	4	12	16	28
Dir. Porto Novo	11	6	17	13	30
Dir. Porto Tarrafal	8	0	8	15	23
Dir. Porto Inglês	9	0	9	11	20
Dir. Porto Furna	6	2	8	11	19
TOTAL ENAPOR	370	164	534	426	960

3.6.2. Formação e Capacitação

Reconhecendo a formação como um instrumento essencial para o desenvolvimento de competências necessárias para atingir os objetivos estratégicos da empresa, durante o ano 2024, a ENAPOR promoveu várias ações formativas, sendo elas:

- Seminário sobre Gestão de Ameaças Físicas no Sector Marítimo e Portuário e Cibersegurança;
- Building Port Resilience Against Pandemics;
- Curso Saúde Mental no Trabalho;
- Minicurso - Qualidade de Vida no Trabalho;
- Minicurso - Medidas Legais que Garantam a Segurança e a Saúde nos Locais de Trabalho;
- Formação de Auditores Internos;
- Registo Financeiro (Formação no trabalho – on job);

- Simulações e Exercícios de Segurança Portuária (Seminário);
- Plano de Gestão Ambiental;
- Portal SIGIC;
- Formadores em Segurança Portuária (18.2 ISPS);
- Tornar o investimento em infraestruturas à prova do clima;
- Portal de Orçamentação;
- Formação Contabilidade na Gestão das Empresas;
- Formação "Análise Económica e Financeira do ponto de vista da gestão";
- Formação em Lisboa sobre Cibersegurança;
- Fórum: O Papel da Associação dos Diabéticos na Comunidade;
- Seminário Melhores Práticas de Segurança dos Navios de Cruzeiro;
- Seminário sobre Segurança Marítima;
- Formação BPM Procurement.

3.6.3. Avaliação de Desempenho

O processo de avaliação de desempenho referente ao ano 2024 foi ajustado para incutir uma nova dinâmica à metodologia, fortalecendo seu papel como ferramenta relevante para a gestão dos recursos humanos.

Os ajustes implementados abrangeram os seguintes pontos:

- I. O ciclo de avaliação de desempenho para 2024 foi dividido em dois períodos:
 - Fase Intercalar: de 01 a 31 de julho de cada ano;
 - Fase Final: de 01 a 31 janeiro do ano subsequente ao ano civil da avaliação.
- II. Os resultados das avaliações de desempenho passaram a ser considerados para os seguintes critérios:
 - Progressão na carreira, de acordo com as regras definidas no Plano de Cargos Carreiras e Salários;

- Reclassificação nas categorias, de acordo com as regras definidas no Plano de Cargos Carreiras e Salários;
- Atribuição de prémio indexado ao desempenho, sempre que houver uma decisão para tal.

3.7. Inovação e Tecnologias de Informação

Em um mundo cada vez mais pautado pela globalização e digitalização, a inovação e as tecnologias de informação destacam-se como elementos cruciais para o desenvolvimento e modernização das operações portuárias.

Assim, ao longo do ano 2024, a ENAPOR deu continuidade a um conjunto de iniciativas voltadas para a consolidação do processo de digitalização dos portos e para o fortalecimento da segurança dos seus sistemas de informação, com foco na eficiência e inovação. Essas iniciativas foram estruturadas nas vertentes detalhadas nos pontos subsequentes.

3.7.1. Inovação, Aplicação de Negócios e Estatísticas

Neste domínio, perspetivando a melhoria dos sistemas de gestão implementados na Empresa, foram realizadas as seguintes ações:

I. Melhorias e Atualizações na Janela Única Portuária (JUP)

Com a implementação do Portal de Orçamentação, surgiram algumas necessidades de melhorias e atualizações ao nível da utilização da JUP, como plataforma principal para a prestação dos serviços portuários e o registo das operações para efeitos de faturação, visando a melhoria do seu desempenho e a diminuição de ocorrência de erros humanos, garantindo assim a fiabilidade dos dados para o Portal.

II. Melhorias no Portal dos Colaboradores

Foram implementadas melhorias no Portal dos Colaboradores para otimizar a sua funcionalidade e usabilidade. Entre as principais alterações, destacam-se:

- A introdução do menu Quadro de Férias Equipa para facilitar a gestão de férias pelos responsáveis;
- A unificação do processo de aprovação e recusa de férias através do Módulo de Gestão de Férias;
- A introdução de notificações por e-mail para despachos, ordens de serviço e comunicados, com acesso direto de todos à informação;
- A instalação (ou o desenvolvimento) de um novo ecrã para o planeamento das escalas dos navios, auxiliando no trabalho de estiva; e
- A atualização do painel de informações de estiva, priorizando informações detalhadas sobre movimentação de cargas, horas trabalhadas e remunerações.

III. Alargamento da utilização da Plataforma ManWinWin em Todas as Estruturas

Foi implementado um plano de formação e alargamento do uso desse sistema para todas as estruturas portuárias que não dispunham da aplicação, nomeadamente: Porto do Porto Novo, Porto de Tarrafal, Porto de Sal-Rei, Porto Inglês, Porto do Vale dos Cavaleiros e Porto de Furna, promovendo uma gestão eficientemente integrada dos ativos.

IV. Desenvolvimento da Plataforma BPM Procurement

Ficou concluído o desenvolvimento da Plataforma BPM Procurement, no final do ano 2024, com o objetivo de melhorar a organização dos processos de procurement da Empresa, tais como: gestão das compras, gestão de contratos, e o acompanhamento dos procedimentos

internos de diversas naturezas (concurso público, empreitada, ajuste direto, concurso restrito, entre outros).

Inicialmente, o foco será a massificação da sua utilização nas tramitações simplificadas, permitindo que os portos efetuem requisições para a compra de materiais de economato e de serviços, proporcionando à administração da empresa um maior controlo sobre os gastos nos diferentes centros de custos.

V. Informação Estatística e Business Intelligence

Ao longo do ano, foi aprimorada a recolha e análise de dados com robôs que automatizam processos, aumentando eficiência e precisão. Além disso, foram simplificadas atividades estatísticas, substituindo boletins estatísticos mensais por relatórios trimestrais, semestrais e anuais (sendo este com efeito retroativo ao ano 2023). Ainda, foi criada a plataforma centralizada ENAPOR Business Intelligence Center (EBIC), integrando painéis de informação em áreas operacionais, comerciais, financeiras, entre outras, enquanto o Microsoft Power BI foi consolidado como principal ferramenta de análise.

3.7.2. Redes, Comunicação e Plataforma Corporativa

I. Gestão de Infraestruturas de Comunicação e Serviços

Durante o ano 2024, foram realizadas atividades nas áreas de redes, comunicação, plataforma corporativa e segurança de informação, com foco na melhoria da performance e segurança da infraestrutura de rede de dados e comunicações, bem como dos diversos serviços corporativos da ENAPOR, através de novos investimentos e da consolidação dos sistemas existentes. Dentre essas atividades, destacam-se os seguintes progressos:

- implementação do projeto Disaster Recovery e do Plano de Gestão de Crise da ENAPOR;

- substituição dos servidores físicos que suportam o controlador de domínio e a base de dados da JUP; e
- início do processo de implementação de uma solução para a cópia de segurança de terceiro nível.

3.8. Gestão das Concessões

O ano de 2024 foi marcado por importantes desenvolvimentos no sector portuário, incluindo o lançamento da Consulta Pública para a subconcessão dos serviços portuários, promovido pelo Governo no final do primeiro trimestre. Não obstante os desafios na análise dos diferentes cenários, foi dado o devido seguimento a diferentes outros processos relacionados com a gestão das concessões, nomeadamente:

- avanço do Plano de Ordenamento Parcial da Zona de Jurisdição Portuária do Porto Grande, no espaço da ex-Onave (Oficinas Navais de São Vicente), elaborado pela Consulmar;
- análise de iniciativas de desenvolvimento voltadas à pesca e ao turismo;
- monitorização dos contratos e licenças, bem como a análise de novos processos de concurso para a licitação de serviços portuários e/ou atividades em área de jurisdição portuária. Esforços significativos foram dedicados para garantir o cumprimento das obrigações contratuais por parte das subconcessionárias e licenciadas, como o Complexo de Pesca de Tarrafal, a CV Ocean, a Marina Mindelo, a Alcatel Submarine Networks Cabo Verde, o Sport Fishing Club Mindelo, o Floating Music Hub Mindelo, a Vivo Energy, e a Enacol. Isso incluiu a entrega de garantias de boa execução e a regularização da faturação e cobrança, tendo sido a maioria das pendências resolvidas, reforçando a solidez e a confiança nos relacionamentos contratuais.

3.8.1. Monitorização e fiscalização

A ENAPOR realizou uma monitorização rigorosa das concessões e licenças, destacando-se os seguintes casos:

- a) **ATUNLO Cabo Verde, SA** – Plataforma de Frio do Mindelo: contrato de concessão assinado no dia 1 de setembro de 2015, com uma duração de quinze anos, para exploração, congelamento, processamento de pescado e venda de gelo. Devido a incumprimentos financeiros e operacionais, foi iniciada a execução da garantia contratual no valor de 71.622 mECV e decidida a resolução do contrato de concessão para exploração, congelamento, processamento de pescado e venda de gelo, assinado no dia 1 de setembro de 2015. O processo de seleção de novos operadores para a plataforma de frio encontra-se em análise.
- b) **Frescomar, SA** – Complexo de Pesca de Cova Inglesa – FCPCI – Mindelo: com contrato de concessão entre o Estado e a FRESCOMAR, S.A, assinado no dia 27 de março de 2015, com uma duração de quinze anos, para exploração, armazenamento, congelamento, processamento de pescado e venda de gelo. Devido a investimentos feitos no Complexo de Pesca no valor 154.421 mECV, a concessionária está isenta de pagamento da renda até o término do contrato. A empresa tem cumprido as obrigações do contrato permitindo ao concedente o acompanhamento das atividades desenvolvidas e serviços praticados no Complexo.
- c) **Marina do Mindelo**: com contrato de concessão assinado no dia 17 de janeiro de 2006, com a duração de vinte e cinco anos, para gestão e exploração da marina, infraestrutura de apoio a atividades de náutica de recreio. A Marina do Mindelo apresenta regularmente informações trimestrais de acompanhamento, ou seja, as estatísticas que se resumem na indicação do número de

embarcações recebidas, os relatórios de manutenção, dados financeiros (balancetes), mas não as contas de balanço e as demonstrações de resultados. A garantia de boa execução no valor de 2.000 ECV está válida por um período de doze meses. O contrato está em execução normal.

- d) **Sport Fishing Club - Mindelo:** com contrato de uso privativo assinado no dia 9 de outubro de 2023, com duração de dez anos, com retroatividade a 19 de janeiro de 2022, para gestão e exploração de uma marina de apoio aos desportos náuticos. O contrato está em execução normal.
- e) **ADS Cabo Verde – África Development Solutions – Floating Music Hub Mindelo:** com contrato de uso privativo assinado a 14 de março de 2019, com duração de quinze anos, para instalação, gestão e exploração de um espaço de música, arte e entretenimento. O contrato está em execução normal.
- f) **LOCATRAF Mindelo:** com licença de uso privativo de uma área no Porto Grande assinada a 31 de agosto de 2021, com duração de cinco anos, para instalação de um pontão para acostagem de navios e embarque e desembarque de tripulantes e passageiros. O contrato está em execução normal.
- g) **Alcatel Submarine Networks Cabo Verde:** com licença de uso privativo assinada no dia 22 de setembro de 2021, com a duração de cinco anos, para instalação e montagem de um armazém em estruturas amovíveis destinados ao armazenamento de cabo de fibra ótica. O contrato está em execução normal.
- h) **APESC – Associação de Armadores de Pesca de Cabo Verde:** com acordo de exploração provisória assinado a 28 de janeiro de 2019, com duração inicial de um ano, para gestão e exploração de dois planos inclinados da ex-ONAVE. O acordo foi prorrogado em 2020 e 2021. O contrato está em execução normal.

- i) **Montecarlo – Fábrica de Gelo – Porto Novo:** com contrato de subconcessão assinado no dia 14 de julho de 2016, com duração de dez anos, para construção e exploração de uma fábrica de gelo no Porto Novo. A gerência não apresentou informações contratuais desde 2020, persistindo dificuldades no pagamento das rendas.
- j) **Sandro Delgado – Refrigeração & Climatização – Porto Novo:** com licença de uso privativo assinado no dia 5 de junho de 2021, com duração de cinco anos, para colocação de dois contentores de 20 pés de comprimento, destinados a produção de gelo. O contrato está em execução normal.
- k) **Top d’Coroa – Sociedade de Turismo e Investimento – Porto Novo:** com contrato de uso privativo assinado no dia 14 de dezembro de 2022, com a duração de quinze anos, para construção, gestão e exploração de um imóvel para prestação de serviços de restauração e atividades lúdicas de apoio ao turismo no cais de Porto Novo. O contrato está em execução normal.
- l) **Icebox – Unidade de Produção de Gelo – Palmeira:** com licença de uso privativo assinada a 15 de outubro de 2019, com duração de cinco anos, para gestão e exploração da unidade de produção e venda de gelo. Registaram-se incumprimentos contratuais operacionais e financeiros durante a vigência da licença, justificando sua manutenção apenas até outubro de 2024, sem renovação.
- m) **Frescomar – Produção de Gelo - Ilha do Sal:** com licença de uso privativo assinada a 6 de agosto de 2018, com duração de cinco anos, para gestão de logística de venda de gelo e pescado. Apesar do pagamento integral da renda, o projeto não foi concretizado, e a licença não foi renovada.

- n) **Complexo de Pesca – Tarrafal de São Nicolau:** com contrato de subconcessão com a duração de trinta anos para gestão e exploração do complexo de pesca do porto de Tarrafal, a subconcessionária não apresentou informações de acompanhamento nem a garantia de boa execução no valor de 2.500 mECV. Após o período de isenção de renda, iniciado em 2024, foi solicitado um adiamento de seis meses para o pagamento.
- o) **Vivo Energy – Instalações Petrolíferas – Sal Rei:** com contrato de subconcessão assinado no dia 01 janeiro de 2020, com duração de quinze anos, para gestão e exploração de armazéns de combustível no Porto de Sal Rei, com uma área de 1.919 metros quadrados. O contrato está em execução normal.
- p) **ENACOL – Instalações Petrolíferas – Sal Rei:** com contrato de subconcessão assinado a 24 de setembro de 2021, com duração de quinze anos, para a gestão e exploração de armazéns de combustível no porto de Sal Rei, com uma área de 2.068 metros quadrados. O contrato está em execução normal.
- q) **Cape Verde Ocean – Complexo de Pesca – Praia:** com contrato de subconcessão assinado a 2 de abril de 2019, com duração de vinte anos, para gestão e exploração do Complexo de Pesca da Praia, com uma área de 2.860 metros quadrados. O contrato está em execução normal.
- r) **CIMPOR Cabo Verde – Praia:** com contrato de uso privativo assinado a 13 de julho de 2020, com duração de quinze anos, para gestão e exploração do armazém de receção, expedição, armazenamento e ensacamento de cimento e produtos relacionados. O contrato está em execução normal.

- s) **Vivo Energy – Instalação de armazenamento e enchimento de gás (LPG) – Praia:** com contrato de uso privativo assinado a 9 de outubro de 2023, com duração de quinze anos, para gestão de uma instalação de armazenamento e enchimento de gás. Contrato em execução normal.
- t) **Transinsular – Grupo ETE – Praia:** com contrato de arrendamento assinado a 15 de fevereiro de 2019, com duração inicial de doze meses, prorrogável, para armazenagem e acondicionamento de bens e mercadorias diversas, relacionadas com atividade de transporte marítimo de cargas e passageiros interilhas. A área ocupada é de 2.310,54 metros quadrados. O contrato está em execução normal.
- u) **Cabo Verde Interilhas – Transporte Marítimos:** com licença de uso privativo assinada a 31 de julho de 2019, com duração de um ano, com possibilidade de prorrogação, para gestão e exploração de uma superfície de 7.599,46 metros quadrados, destinada a receção, arrumação de contentores e movimentação de cargas. No dia 30 de abril de 2021, foi assinada uma adenda à licença que reduz o espaço para 2.980 metros quadrados. A renda fixa mensal é de 402 mECV.
- v) **AFRICATUR – Praia:** com contrato de concessão firmado com o Estado de Cabo Verde em 2008, com a duração de vinte e cinco anos, para a reabilitação do cais de Alfândega da Praia e construção de uma marina para embarcações de recreio, ocupando uma área molhada de 103.379 m². A Sociedade AFRICATUR solicitou a transmissão da sua posição contratual à empresa BLOMAQ, Lda., para assumir o projeto 'Marina Gamboa'. Assim, o Governo autorizou a ENAPOR a negociar uma adenda ao contrato, ajustando as

cláusulas sexta (Prazo) e oitava (Contrapartida), para incentivar a continuidade do projeto. Contudo, a adenda não foi formalizada.

- w) **Silos Marangatu – Segurança Alimentar – Praia:** com contrato de concessão celebrado com o Estado, no dia 23 de março de 2011, com duração de quinze anos. Previa uma renda calculada com base em 130 ECV por metros quadrados a partir de 2012. Contudo, a Resolução nº 120/2013 (e a nota de fim) isentou a empresa do pagamento de taxas e rendas pelos silos da Praia e Mindelo por dez anos. Após o término da isenção em dezembro de 2023, o processo de faturação foi iniciado em 2024.

3.9. Desenvolvimento e Manutenção das Infraestruturas

De modo a acompanhar as exigências do mercado e a tornar os portos de Cabo Verde cada vez mais competitivos, ao longo do ano 2024 foram desenvolvidas várias atividades, com vista ao desenvolvimento e à manutenção das infraestruturas portuárias do país. Dessas atividades são detalhadas de seguida as mais destacadas.

I. Porto Novo

Centro de Processamento e Embalagem de Produtos Agrícolas de Santo Antão

A construção do Centro de Processamento e Embalagem de Produtos Agrícolas de Santo Antão foi iniciada no final do ano 2023, após a assinatura da consignação, tendo o término das obras sido inicialmente previsto para setembro de 2024. Contudo, surgiram vários constrangimentos durante a execução da obra, tais como, alterações no projeto de execução (nova implantação e modificação do pé-direito para instalação das câmaras frigoríficas), escassez de mão-de-obra e atrasos logísticos. Esses fatores contribuíram, significativamente, para o incumprimento do prazo previamente estabelecido.

Face a essa situação, o empreiteiro Mota Construções solicitou dois adiamentos no prazo de entrega da obra, estabelecendo-se a nova data de conclusão para janeiro de 2025.

Apesar desses desafios, é importante realçar que os trabalhos não foram interrompidos e têm sido realizados com empenho constante, com vista à sua conclusão.

Reparação e Manutenção das Instalações

Foram realizados trabalhos de manutenção prioritária, como a melhoria nas defensas feitas em pneus devido aos frequentes incidentes provocados por navios durante as manobras de atracação, especialmente do N/M Chiquinho BL.

Treze pares de novas defensas em pneus foram confeccionados e instalados e optou-se por uma outra forma de fixação no cais para aumentar a resistência durante atracações de navios. Adicionalmente, priorizaram-se trabalhos de manutenção corretiva, adiando intervenções maiores, como a cobertura da gare marítima e as substituições das torres de iluminação, para etapas subsequentes.

Projeto de Expansão do Porto

O Porto de Porto Novo recebe navios com comprimento máximo até 130 metros. Antecipando um aumento na demanda de cruzeiros pela ilha, a ENAPOR iniciou esforços para adequar o porto para receber embarcações de maior porte. Nesse sentido, foi realizado um concurso público internacional, tendo sido selecionada a empresa portuguesa Proman para elaboração de um estudo, visando a extensão da capacidade do Porto de Porto Novo. O objetivo do estudo é permitir a atracação de navios até 200 metros de comprimento e de reduzir a energia das ondas no cais n.º 2, principalmente durante o período das calemas provenientes do Sul, que ocorrem de junho a setembro. A Proman fez a apresentação do projeto final a 09 de junho de 2021.

No ano de 2024, perspetivando-se o financiamento das obras de expansão do Porto de Porto Novo pela União Europeia e pelo Banco Europeu de Investimentos, foram realizados os estudos de viabilidade técnica e financeira e de impacte ambiental, tendo este sido submetido à Direção Nacional do Ambiente para homologação.

O projecto prevê a extensão do cais n.º 1 em mais 270 metros de comprimento, com a profundidade de -10 metros, permitindo a atracação simultânea de um navio de 200 metros de LOA e outro de tráfego doméstico com 80 metros de LOA.

II. Porto Grande

Terminal de Cruzeiros do Mindelo

Os trabalhos realizados no Terminal de Cruzeiros do Mindelo avançaram significativamente durante o ano de 2024. Entre as atividades concluídas, destacam-se a cravação de estacas, a proteção de fundos, a construção da ligação terrestre (land bridge) e da plataforma do novo cais (jetty). Igualmente, foi concluída a reabilitação do cais n.º 9, incluindo a pavimentação da área e a instalação de equipamentos portuários. Na parte terrestre, a estrutura de betão e metal do edifício foi concluída, e, no final do ano de 2024, encontrava-se na fase de acabamento.

Durante esse período, foi celebrado um acordo global com o empreiteiro, solucionando todas as reclamações existentes até àquela data. Esse acordo ajustou o prazo de conclusão das obras para outubro de 2024 e formalizou a execução dos preparativos do sistema *onshore power supply* no novo cais (jetty).

No entanto, apesar do acordo, o novo prazo estipulado não foi cumprido. Embora tenham ocorrido avanços, o ritmo das obras foi insuficiente para atender o prazo de conclusão contratado. Registaram-se problemas como falhas em equipamentos novos, incluindo a avaria da central de betão do empreiteiro, e atrasos na importação de materiais e

equipamentos necessários para a abertura de novas etapas de trabalho. Adicionalmente, a escassez de mão de obra qualificada obrigou à contratação de profissionais expatriados, o que demandou tempo adicional para a sua mobilização.

Observa-se que algumas atividades poderiam ter sido conduzidas de forma mais eficiente, acelerando a conclusão do projeto. Ainda assim, os progressos registados oferecem uma perspetiva otimista quanto à conclusão do projeto no primeiro semestre de 2025.

Todos os trabalhos realizados no Terminal de Cruzeiros foram acompanhados pela equipa de fiscalização e do representante do dono de obra, para verificação da conformidade técnica dos processos e cumprimento dos procedimentos do contrato/caderno de encargos. Paralelamente, foram acompanhadas e verificadas as medidas de mitigação propostas pelo empreiteiro para corrigir os problemas de não conformidade identificados.

No âmbito do Plano de Desenvolvimento de Destino de Cruzeiros (PDDC), que constitui a componente 3 do projeto, foi realizado um concurso público que culminou em valores consensuais entre a ENAPOR e a Global Ports Holding, Plc (GPH), resultantes de um processo negocial. Essa negociação gerou uma proposta de adjudicação dos serviços de consultoria para o desenvolvimento do PDDC do Terminal de Cruzeiros do Mindelo ao GPH, pelo valor de 2.447.621 euros.

Durante o primeiro trimestre de 2024, após esclarecimentos necessários, a proposta obteve a Declaração de Não Objeção dos Financiadores (Invest International). Posteriormente, a minuta do contrato foi discutida entre as partes envolvidas e foi submetida para aprovação dos financiadores, a qual foi recebida no final de 2024, viabilizando a assinatura do contrato e o início dos trabalhos de consultoria para o primeiro trimestre de 2025, marcando, assim, o arranque da elaboração do PDDC.

Requalificação do Passeio da Marginal do Mindelo

A Marginal do Mindelo é um dos troços mais importantes da cidade, desempenhando um papel fulcral na mobilidade e na ligação entre vários pontos de Mindelo. Com a introdução do Terminal de Cruzeiros, prevê-se um aumento significativo no fluxo de utilizadores do passeio da Marginal.

Assim, o projeto de requalificação tem como objetivo principal a modernização e valorização deste espaço. Entre as intervenções previstas, destacam-se:

- substituição de pavimentos desgastados, como o tapete betuminoso ou lajetas pré-fabricadas, por pedra calcária e pedra basáltica;
- requalificação dos passeios em calçada, com alargamento de algumas zonas, possibilitando a implantação de afastamento dos peões às viaturas;
- acesso facilitado a zonas balneares (Laginha) através de degraus compridos ou de bancadas/degraus que possibilitem zonas de convívio com ligação ao mar;
- demarcação de vias de paragens de autocarro em cubos de calcário escuro; e
- criação de mobiliário urbano (bancos) em várias zonas da Marginal, nomeadamente a substituição do guarda-corpo existente por banco corrido, entre outros pontos.

O projeto foi delineado ao longo dos últimos meses de 2024, com desenvolvimento contínuo em colaboração com o projetista. Durante o processo, realizou-se ainda a sua apresentação ao Ministério do Mar, tendo sido recebidas e integradas as contribuições deste organismo ao projeto.

O projeto encontra-se, assim, concluído e é suportado pelos documentos de Memória Descritiva e Justificativa, medições e cotações de materiais, peças desenhadas e o mapeamento dos pisos. Até o término deste relatório, o projeto de execução estava em

preparação para posteriormente se ultimar toda a documentação necessária para o lançamento do respetivo concurso público, que marcará o início da execução dos trabalhos.

Reabilitação e Modernização da Gare Marítima do Porto Grande

A reabilitação e modernização da Gare Marítima do Porto Grande tem como objetivo principal a modernização das instalações, alinhando-as com as novas exigências do tráfego de passageiros de cabotagem. Esta intervenção foi concebida para proporcionar maior conforto e funcionalidade, tendo como premissa a organização eficiente dos espaços.

Assim, no piso 1, o projeto prevê a criação de circuitos distintos e confortáveis para os passageiros em processo de embarque e desembarque, complementados por serviços de apoio. Já no piso 2, está prevista a redefinição dos espaços, que incluirá a integração das instalações da ENAPOR Academy e a inclusão de um restaurante.

O concurso público para seleção do empreiteiro responsável pela execução da empreitada foi lançado, tendo o contrato sido adjudicado à empresa Varela Construções. No entanto, o início das obras ainda encontrava-se pendente até a finalização deste relatório, uma vez que será necessária a implementação de uma solução temporária para manter a continuidade dos serviços diários da gare. Nesse sentido, foi desenvolvido um projeto para abrigar as instalações provisórias dos serviços da gare, cujos espaços temporários serão construídos dentro do armazém E.

Expansão do Porto Grande

No ano de 2024, foi elaborado um estudo de viabilidade técnica e financeira do projeto das obras de expansão do Porto Grande, visando o financiamento da União Europeia e do Banco Europeu de Investimentos. Foi ainda realizado um estudo de impacte ambiental, o qual obteve homologação da Direção Nacional do Ambiente.

O projeto de expansão do Porto Grande contempla várias intervenções, incluindo:

- Ampliação e construção de infraestruturas:
- alargamento dos cais n.º 3 e 4;
- construção de um novo cais; e
- aumento das áreas logísticas.
- Especialização dos cais:
- organização dos cais de acordo com o tipo de mercadorias a movimentar;
- criação de terminais exclusivos para a movimentação de pescado, de carga contentorizada e de graneis sólidos e líquidos; e
- criação de espaços para navios auxiliares como os da Guarda Costeira, rebocadores e lanchas.

III. Porto de Tarrafal de São Nicolau

Construção de Cacifos para os Pescadores no Cais de Pesca

Foi realizada uma intervenção no cais de pesca do Porto de Tarrafal de São Nicolau para atender às necessidades de armazenamento dos equipamentos dos pescadores, no âmbito das obras de reabilitação deste espaço e da construção do complexo de pesca. Na área pavimentada do cais, ocupando aproximadamente 40 metros quadrados, foram construídos 30 cacifos destinados ao uso dos pescadores. A execução da obra foi dividida entre as empresas Rotex, responsável pela parte de construção civil, e a ENAPOR, responsável pela montagem das estruturas metálicas.

Demolição de Estruturas degradadas

Com o intuito de melhorar a estética e a organização da área do Porto de Tarrafal, a administração da ENAPOR autorizou a demolição e limpeza de Estruturas degradadas

existentes no local. Além dessa intervenção, tem-se como finalidade, numa segunda fase, transformar o espaço em um parque de estacionamento para atender as necessidades de carga e descarga de passageiros e bens, especialmente nos períodos de maior fluxo, considerando a insuficiência de espaço para estacionamento na entrada do porto. A primeira fase da obra já foi adjudicada.

Reabilitação e Reparação de Rampa Metálica

A estrutura da rampa metálica tem enfrentado danos ao longo dos anos devido à atracação dos navios, principalmente durante o inverno, quando a agitação marítima é mais intensa. Esses danos, provocados pelos navios, não só comprometeram a integridade da estrutura metálica, como impactaram significativamente as bases de betão das torres de suporte da rampa.

Apesar das manutenções preventivas e corretivas efetuadas na estrutura – com o objetivo de minimizar os impactos –, problemas críticos nas bases de betão, como o deslocamento do pavimento, colocaram em risco a segurança das operações de carga e descarga dos navios. Para resolver essa situação, foi realizada uma reabilitação completa da rampa, que incluiu a demolição das bases comprometidas e construção de novos apoios estruturais para as torres metálicas.

A obra foi executada pelas empresas Rotex, responsável pelos trabalhos de construção civil, Construções Metálicas de Cabo Verde e Universal Retificações, responsáveis pela reabilitação da estrutura da rampa e pela sua montagem no local.

IV. Porto de Palmeira

Plano Conceptual para o Master Plano do Porto de Palmeira

Para identificar a necessidade de expansão do Porto de Palmeira, foi elaborado um plano conceptual estruturado em quatro componentes:

- aumento do comprimento do cais 1 para mais 80 ou 100 metros, para a atracação de navios de maior porte que escalam os Portos da Praia e do Mindelo;
- expansão do cais de pesca para melhor acomodar navios de pesca semi-industrial, incluindo a construção de um acesso independente para esse cais;
- criação de condições para o ordenamento da baía do Porto de Palmeira, facilitando o fundeio e atracação, de forma que a circulação de navios e embarcações se processe em segurança nessa Baía;
- construção de infraestruturas destinadas à implantação de uma marina na baía do Porto da Palmeira.

Projeto de Expansão do Porto

No âmbito do desenvolvimento do novo Plano Diretor para o Porto da Palmeira, a equipa de consultores, composta pela DAI, ACCIONA e BLUEFOCUS, realizou uma série de encontros. Contratados pela Delegação da União Europeia em Cabo Verde, cooperaram com diversas partes interessadas do sector portuário e marítimo, incluindo armadores, agências de navegação e entidades públicas e privadas.

Em novembro de 2024, a equipa de consultoria efetuou uma missão a Cabo Verde com o objetivo de compreender o ambiente socioeconómico local e a dinâmica das operações portuárias. Durante uma semana, acompanhada pela equipa da Direção do Desenvolvimento

e Manutenção de Infraestruturas da Enapor, os consultores visitaram as ilhas do Sal e de São Vicente, onde se reuniram com autoridades e outros intervenientes relevantes.

As visitas abrangeram diversas instalações portuárias, nomeadamente o Porto da Palmeira, o cais de pesca artesanal da Palmeira, o Porto Grande – onde se encontram as obras em curso do novo Terminal de Cruzeiros –, a Marina do Mindelo e o Complexo de Pesca da Cova de Inglesa. Essas visitas permitiram aos consultores recolher informações valiosas de intervenientes locais, para compreender a dinâmica marítima atual, os principais impulsionadores do mercado e as suas perspetivas mais prováveis. Foram realizadas entrevistas a mais de vinte dos principais intervenientes locais, incluindo autoridades locais e nacionais, operadores de embarcações e agências marítimas locais, carregadores, grandes empreiteiros, agências de fretamento de barcos de recreio e diferentes intervenientes na pesca.

Concluídas as visitas e com base nos dados recolhidos durante a missão, ficou estabelecido que as primeiras entregas do Plano Diretor seriam realizadas em janeiro 2025, com subsequente envio de novos documentos até à conclusão do estudo, prevista para abril de 2025.

V. Porto de Sal-Rei

Elaboração do Projeto de Reparação de Troço do Quebra-mar

Nas últimas inspeções subaquáticas anuais realizadas no quebra-mar do porto, foram detetados estragos no troço do quebra-mar cujo pé do talude é protegido por cubos de betão de 10 toneladas. Para a reparação dos estragos, foi solicitada uma inspeção a uma empresa internacional, bem como a elaboração de um relatório técnico para orientar a solução definitiva para o quebra-mar.

Durante o mês de agosto, a empresa DEEP BV - Hydrography & Geophysics fez uma inspeção completa ao quebra-mar. Assim, os relatórios elaborados pela DEEP BV - Hydrography & Geophysics, focados na componente subaquática, e pela Royal Haskoning, direcionados à infraestrutura terrestre, foram encaminhados para análise em novembro de 2024.

Reabilitação do Antigo Edifício da ENAPOR

No âmbito da cooperação entre a ENAPOR e o Instituto Marítimo Portuário (IMP), o antigo edifício da ENAPOR foi cedido ao IMP para funcionar como delegação na ilha da Boa Vista.

A remodelação do edifício incluiu demolições para abertura de espaços, alvenarias, climatização, acabamentos e pinturas, resultando numa reforma geral do edifício. Os trabalhos foram realizados pela empresa JMA, sob a gestão e fiscalização da ENAPOR.

VI. Porto Inglês

Construção da Gare Marítima, Guarita, Balneário, Refeitório e Parque de Estacionamento

No âmbito do projeto de requalificação do Porto Inglês, foram projetados edifícios que atendem às necessidades de espaço e iluminação do local, apresentando recuos e avanços nas fachadas em comparação com os antigos edifícios. Entre os destaques do projeto estão:

- A gare marítima, um edifício que terá uma área bruta de construção de 740 metros quadrados, a ser estruturado de acordo com diferentes usos, para garantir maior segurança e melhor desempenho.

- A guarita, com 27 metros quadrados, localizada na entrada do recinto portuário e equipada com casa de banho e com três fachadas envidraçadas para facilitar o controlo por parte dos fiscais.
- O refeitório e o balneário a serem construídos a norte do recinto portuário numa área bruta de 180 metros quadrados

As obras iniciaram-se no final do ano de 2023, com escavações das fundações, e prosseguiram em 2024, com um prazo de catorze meses. O investimento total ascendeu a 74.380 mECV.

Apesar de quase doze meses terem decorrido desde o início dos trabalhos, a construção da gare, refeitório, balneários, guarita e estacionamento ainda não atingiu o ritmo esperado, devido a problemas como falta de equipamentos necessários nos dias programados e a insuficiência de mão de obra destinada às diversas frentes de trabalho.

Até a conclusão deste relatório, o plano de recuperação, projetado para mitigar atrasos e garantir a qualidade da obra, também apresentava problemas na sua implementação.

A ENAPOR, como entidade responsável pela obra, manteve uma postura assertiva, pressionando o empreiteiro em reuniões semanais e outros momentos, para assegurar o cumprimento dos prazos sem comprometer a qualidade do projeto.

Assim, até ao final de 2024, foram concluídas as estruturas do refeitório, do balneário e da guarita. Em relação à gare marítima, a parte mais atrasada do projeto, foram executadas as fundações e pilares. A receção de betão para as lajes do piso 1 foram previstas para o início do ano de 2025. O parque de estacionamento não registou progressos significativos, o que pode impactar o cumprimento dos prazos estabelecidos para a conclusão dos trabalhos.

Desassoreamento Rampas Ro-Ro

Entre os dias 21 a 26 de maio de 2024, registou-se um depósito de cerca de 60.000 metros cúbicos de areia na área portuária. O assoreamento verificado na rampa do Ro-Ro e, em menor medida, na rampa maior, impediu a sua utilização desde o final de maio.

Para restabelecer rapidamente as ligações marítimas, foi necessário assegurar as profundidades mínimas requeridas, com margem para eventuais ajustes futuros que a linha de costa venha a evidenciar. Para o efeito, foram realizados trabalhos de dragagem e escavação, incluindo o transporte das areias locais de onde não possam regressar ao porto. Além disso, é fundamental continuar a monitorizar a evolução dos fundos naturais naquela zona, utilizando meios tecnicamente mais avançados que permitam prever e planear eventuais intervenções complementares de dragagem e escavação.

Desde setembro de 2024, as operações no porto têm decorrido normalmente, sem interrupções relacionadas ao assoreamento na zona da rampa.

Bóias de Sinalização

No âmbito do projeto de expansão e requalificação do Porto Inglês, foram implementadas medidas para separar a navegação marítima dos navios com destino ao porto da navegação das embarcações de pesca com destino e provenientes do local de arrasto na praia, bem como na distinção entre estas e a utilização da praia pelos banhistas. Para este efeito, foram instaladas boias de sinalização que indicam as rotas das embarcações de pesca (botes) que navegam do sentido sudoeste e sudeste para o local de arrasto e no sentido inverso. As boias de sinalização também indicam o canal de acesso das embarcações para a praia, separando assim os botes dos banhistas.

Esse processo respeitou o sistema de balizagem IALA-A, adotado em Cabo Verde, com boias de bombordo quadradas (cilíndrico) e de estibordo triangular (cónico).

O consórcio empreiteiro selecionado para execução dos trabalhos foi a Engarte Engenharia e Construções e Neptune CV, com um prazo de dois meses e meio. Os trabalhos decorreram normalmente e foram concluídos com a receção provisória em 11 de setembro de 2024. A longo prazo, o empreiteiro, com experiência neste sector, recomendou a realização de controlos periódicos subaquáticos nas linhas de ancoragem, bem como a substituição, a longo prazo, de segmentos em corda PP por corda PP/PO de diâmetro superior, ou seja, por cabos de maior resistência.

VII. Porto da Praia

Reabilitação do Pavimento e da Viga de Coroamento dos Cais n.º 4, 5, 8 e 9

Após o lançamento do concurso realizado no dia 22 de dezembro de 2022, para a reabilitação do pavimento do cais de cabotagem do Porto da Praia, a empresa Armando Cunha foi selecionada como vencedora para a execução da empreitada, no valor de 103.395 mECV, tendo sido estabelecido um prazo de oito meses. O projeto abrange a reabilitação dos pavimentos e vigas de coroamento dos molhes de atracação n.º 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do cais de cabotagem do Porto da Praia, permitindo o reenquadramento do espaço de acordo com o novo Plano de Reordenamento Terrestre do Porto, a ser executado conforme as diretrizes do dono da obra. O objetivo do projeto é a melhorar a qualidade de tráfego de pessoas e equipamentos dentro do cais de cabotagem, bem como aumentar a segurança dos utentes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico de Cabo Verde.

O projeto contempla a reabilitação de um pavimento com quase 5.000m², o que envolve a remoção da estrutura de pavimento existente, a preparação da camada subjacente em termos de compactação e regularização, incluindo a preparação do fundo de caixas e

aterros. Adicionalmente, a espessura da placa deve ser aumentada dos 20 para 25 centímetros, conferindo ao cais as características de uma zona de operação com capacidade de receber gruas de pequeno e médio porte.

A intervenção inclui, de modo geral, a demolição das vigas de coroamento, removendo a camada exterior de até 25 centímetros, exceto nas zonas visivelmente críticas. Posteriormente, a superfície deve ser preparada para a aplicação de uma nova camada de betão, juntamente com a reposição das armaduras enferrujadas e as com deficiências significativas.

Os cabeços tipo bollard existentes devem ser reabilitados, com remoção da ferrugem e aplicação de pintura com tinta de proteção anticorrosiva adequada para metais em meio marinho. Também, devem ser instalados dois novos cabeços bollard T-head de 50 toneladas (SHIBATA ou similar) no cais n.º 9.

O projeto integra ainda a construção de uma rampa destinada ao atendimento de navios de maior porte, com cerca de 11 metros de largura.

Foram aprovados trabalhos complementares relacionados com instalações de água, eletricidade e sistemas de CCTV no cais de cabotagem, num montante total de 9.289 mECV. Essas obras complementares, com um prazo de conclusão de três meses, avançaram em simultâneo com a reabilitação do piso e das vigas de coroamento do cais, sendo que o empreiteiro responsável é igualmente a empresa Armando Cunha.

Até à data do relatório, a execução da obra encontrava-se aproximadamente 60% concluída, tendo em conta os atrasos enfrentados nos últimos meses de 2024. Dada esta situação, o empreiteiro ficou de propor uma nova data para a conclusão dos trabalhos, cuja decisão quanto à sua aceitação é da dona da obra.

Manutenção da Rampa Metálica

Desde outubro de 2016, a ENAPOR possui um Manual de Manutenção Preventiva que identifica, de forma pormenorizada, os equipamentos sujeitos a manutenção, com indicação da periodicidade e das intervenções básicas a efetuar.

Durante a operação de movimentação da grua Grove, deslocada do Porto Inglês para o Porto da Praia, a rampa Ro-Ro sofreu uma avaria grave, provocando a sua inoperacionalidade durante alguns dias. Após a reposição, a rampa manteve algumas debilidades que careceram de reparações, tendo sido contratada a Universal Retificações para realizar intervenções na parte metálica.

Para além disso, foram reabilitadas as bases da torre, aproveitando-se da oportunidade para a reabilitação das vigas de coroamento e do pavimento na zona da rampa. A empresa Armando Cunha foi selecionada para a execução dos trabalhos na parte de betão.

Os trabalhos necessários foram concluídos no mês de dezembro de 2024.

VIII. Porto Vale Cavaleiros

Dragagem do Cais de Pesca

A configuração do quebra-mar do cais de pesca do Porto do Vale dos Cavaleiros atenua os efeitos das agitações no interior da sua pequena bacia de manobras, mas também facilita a deposição dos sedimentos arrastados, alterando a dinâmica costeira local. Essa situação faz com que esta bacia funcione como um depósito de sedimentos, impedindo a saída natural da areia que nela entra.

Embora o projeto executivo não inclua recomendações explícitas, foi aconselhado que se crie as condições necessárias para a monitorização da bacia e que, sempre que necessário,

sejam realizadas pequenas intervenções ou trabalhos de manutenção para evitar a saturação da bacia de manobras e situações que possam inviabilizar a utilização do cais de pesca e da rampa varadouro, bem como a entrada das embarcações.

A dragagem ou limpeza da areia na zona do cais de pesca é feita periodicamente com o apoio das máquinas cedidas pela Câmara Municipal de São Filipe.

IX. Porto da Furna

Melhoria de Conforto da Gare Marítima

A Gare Marítima do Porto da Furna apresenta deficiências no conforto térmico, resultando na preferência dos passageiros por permanecer no exterior em vez de utilizar o espaço interno. Essa situação indica a necessidade de otimizar a utilização da estrutura e, portanto, é necessário implementar melhorias nas condições existentes.

Com o objetivo de resolver essa questão, foi estabelecido um contacto preliminar com um arquiteto da ilha do Fogo, com vista ao desenvolvimento de um projeto que proponha soluções técnicas para o problema, visando potencializar a utilização mais eficiente do espaço.

5

ANÁLISE FINANCEIRA



63 de 87

3.10. Resultados do Exercício

A ENAPOR encerrou o ano de 2024 com um resultado líquido positivo de 243.367 mECV, superior ao resultado líquido de 2023 em 98.992 mECV. O resultado antes de impostos foi igualmente positivo, alcançando 314.891 mECV.

O EBITDA em 2024 atingiu o montante de 962.454 mECV, apresentando um aumento de 194.055 mECV face ao ano anterior. Este desempenho reflete o crescimento significativo registado nas prestações de serviço (+ 230.533 mECV), não obstante o ligeiro aumento registado nos gastos operacionais (+35.577 mECV):

Demonstração de Resultados	2024	2023	VAR. 24/23	%	2022
Prestações de serviços	3 015 670	2 785 137	230 533	8,3%	2 995 830
Reversões	6 062	31 016	-24 954	-80,5%	15 411
Outros Rendimentos	225 715	207 128	18 587	9,0%	171 022
Ganhos Operacionais	3 247 447	3 023 282	224 166	7,4%	3 182 263
Gastos M.V. matérias consumidas	110 469	117 548	-7 078	-6,0%	125 953
Fornecimentos e serviços externos	488 565	497 559	-8 993	-1,8%	542 288
Gastos com o pessoal	1 601 902	1 572 776	29 126	1,9%	1 601 616
Ajustamentos de inventários	14 003	25 483	-11 480	-45,0%	18 856
Provisões e imparidade	-	-	-	-	8
Outros gastos operacionais	70 054	41 518	28 537	68,7%	23 040
Depreciações e amortizações	531 795	526 329	5 466	1,0%	479 368
Gastos Operacionais	2 816 788	2 781 212	35 577	1,3%	2 791 129
EBITDA	962 454	768 399	194 055	25,3%	870 502
Margem EBITDA	31,9%	27,6%	4,3%		27%
Resultado operacional (EBIT)	430 659	242 070	188 589	77,9%	391 134
Margem EBIT	14,3%	8,7%	5,6%		12%
Resultado financeiro	-115 768	-45 576	-70 193	-154,0%	-55 731
Resultados antes de impostos	314 891	196 495	118 397	60,3%	335 403
Imposto sobre o rendimento	71 524	52 119	19 405	37,2%	79 565
RESULTADO LÍQUIDO	243 367	144 375	98 992	68,6%	255 838

A administração central da Empresa, situada no Porto Grande, onde se localiza a sede da ENAPOR, concentra as atividades de suporte, gestão e administração, que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, os custos

de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados apresentados a seguir não incorporam essas imputações internas de custos.

Os resultados antes de impostos obtidos em cada estrutura estão detalhados no quadro abaixo.

I. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais da ENAPOR ascenderam no exercício de 2024 a 3.247.447 mECV, traduzindo-se num acréscimo de 7,4% face ao ano anterior, conforme tabela abaixo:

Rendimentos Operacionais	2024	2023	Variação 24/23	%	2022
Prestação de Serviço	3 015 670	2 785 137	230 533	8,3%	2 995 830
Movimentação de Mercadorias	2 280 227	2 143 078	137 149	6,4%	2 308 274
Aluguer de Equipamentos	246 261	209 600	36 661	17,5%	222 672
Serviços Prestados ao Navio	309 368	279 413	29 956	10,7%	276 786
Outros Prestação Serviços	21 508	19 870	1 638	8,2%	18 699
Serviços Secundários	158 305	133 177	25 128	18,9%	169 399
Reversões	6 062	31 016	-24 954	-80,5%	15 411
Outros Rendimentos	225 715	207 128	18 587	9,0%	171 022
Rendimentos Invest N/Financeiros	149 491	120 723	28 768	23,8%	127 414
Outros Rendimentos Gerais	76 224	86 405	-10 181	-11,8%	43 608
Rendimentos Operacionais	3 247 447	3 023 282	224 166	7,4%	3 182 263

A análise da tabela evidencia que os rendimentos provenientes das prestações de serviços continuam a representar um peso importante na estrutura da componente operacional, registando um aumento de 8,3% (+230.533 mECV) face ao ano anterior.

No ano de 2024, o tráfego portuário de mercadorias registou um aumento de 12% em relação a 2023, com destaque para o tráfego de longo curso, que subiu 19,4%, enquanto o tráfego de cabotagem registou um crescimento mais modesto de 4%.



Em consonância com o aumento operacional registado em 2024, a receita com a movimentação de mercadorias registou um crescimento de 6,4% (+137.149 mECV) comparativamente ao ano de 2023. O acréscimo na movimentação de mercadorias nos portos do país foi impulsionado pelo aumento no tráfego de longo curso com registos de acréscimo em todos os grupos de mercadorias, nomeadamente, na carga convencional (+12,4%), nos granéis líquidos (+51,9%), na carga contentorizada (+3,6%), nos granéis sólidos (+5,7%) e no pescado (+4,1%). Assim sendo, a tarifa de tráfego e estiva de mercadorias (TTME) de longo curso aumentou 5,56% (+68.110 mECV) e a tarifa de porto aplicada à carga (TP–C) de longo curso aumentou 5,04% (+18.513 mECV).

Por sua vez, o tráfego de cabotagem registou um crescimento mais moderado, sendo que a carga convencional decresceu 1,9% e os granéis sólidos 26,4%. Como resultado, a TTEM de cabotagem decresceu 4,52% (-13.652 mECV) e a TP–C de cabotagem diminuiu 5,53% (-5.913 mECV).

Destaca-se, entretanto, o aumento de 6,5% (+5.585 TEUs) na carga contentorizada, o principal segmento de mercado da ENAPOR.

A Empresa também registou um crescimento significativo na receita com o aluguer de equipamentos portuários, que aumentou 36.661 mECV em comparação ao ano anterior, atingindo o montante de 246.261 mECV em 2024 contra os 209.600 mECV em 2023. Esse aumento resulta, essencialmente, do aluguer de guindastes adquiridos na sequência do investimento efetuado em novas gruas nos diversos portos, com o objetivo de aumentar a produtividade desses portos e garantir melhorias no sistema logístico portuário.

Em relação ao número de navios que escalaram os portos nacionais, houve um acréscimo de 3,6% (+287 navios), contabilizando 8.164 escalas. Dentro desse universo, os navios de longo curso registaram um aumento do número de escalas recebidas (1.444 escalas),

representando um crescimento de 16,8% (+208 escalas), e os navios de cabotagem tiveram um acréscimo de 79 escalas.

Esse aumento reflete-se, em relação ao ano anterior, nos serviços prestados aos navios, com um acréscimo de 10,7% (+29.956 mECV), sendo que a tarifa de porto aplicada aos navios (TP–N) de longo curso aumentou 20,47% (+19.930 mECV), enquanto a TP–N de cabotagem registou um ligeiro decréscimo de 4,5% (- 1.842 mECV). Por outro lado, não obstante o aumento do número de escalas registado no tráfego de cabotagem, os navios de carreira regular deste tráfego gozam de reduções na TP–N, razão pela qual o aumento das escalas não tenha refletido de forma proporcional na referida tarifa. Destaca-se também o crescimento de 9,47% (+6.574 mECV) na tarifa de pilotagem aplicada aos navios de longo curso.

As outras prestações de serviço registaram um aumento de 8,2%, em linha com o aumento do movimento de passageiros no tráfego de cabotagem registado no ano, e os serviços secundários aumentaram 18,9% em consonância com o aumento operacional verificado.

As reversões decresceram 80,5% (-24.954 mECV) em relação ao ano anterior, ao contrário dos outros rendimentos, que registaram um acréscimo de 9% (+18.587 mECV). Os rendimentos em investimentos não financeiros apresentam um aumento de 23,8% (+ 28.768 mECV) em resultado da celebração de novos contratos de subconcessões.

II. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais da ENAPOR totalizaram 2.816.788 mECV em 2024, traduzindo-se num acréscimo de 1,3% (+35.577 mECV) face aos gastos registados em 2023.

As principais subrubricas que contribuíram para essa variação foram: gastos com matérias consumidas (-6%), fornecimentos e serviços externos (-1,8%), gastos com o pessoal (+1,9%), gastos de depreciação e amortização (+1,0%), ajustamentos de inventários (-45%) e outros gastos (+68,7%).

Não houve registos de provisões e imparidades no período.

A tabela seguinte detalha a evolução dos gastos operacionais nos últimos três anos na ENAPOR:

Gastos Operacionais	2024	2023	VAR. 24/23		2022
			Abs	%	
Gastos M.V. matérias consumidas	110 469	117 548	-7 078	-6,0%	125 953
Fornecimentos e serviços externos	488 565	497 559	-8 993	-1,8%	542 288
Gastos com o pessoal	1 601 902	1 572 776	29 126	1,9%	1 601 616
Gastos de depreciação e de amortização	531 795	526 329	5 466	1,0%	479 368
Ajustamentos de inventários	14 003	25 483	-11 480	-45,0%	18 856
Provisões e imparidade	-	-	-		8
Outros gastos	70 054	41 518	28 537	68,7%	23 040
Total	2 816 788	2 781 212	35 577	1,3%	2 791 129

Os fornecimentos e serviços externos totalizaram 488.565 mECV, apresentando uma ligeira diminuição de 1,8%, ou seja, uma redução em termos absolutos de 8.993 mECV, face ao ano anterior. Essa redução deve-se principalmente aos seguintes decréscimos: 23,6% (-7.709 mECV) nos gastos com o consumo de água, 30,6% (-10.893 mECV) nos gastos com conservação e reparação e 4,6% (-3.772 mECV) nos gastos com vigilância e segurança. Por outro lado, houve acréscimos de: 9,6% (+10.893 mECV) nos gastos com eletricidade, 21% (+2.093 mECV) registados em publicidade e propaganda e 8,8% (+2.697 mECV) nos gastos com deslocações e estadias.

Importa destacar que os aumentos do consumo de eletricidade são explicados pelo aumento das receitas com fornecimento de energia, cuja tarifa cresceu 14,47%, gerando uma faturação adicional de 9.932 mECV em relação ao ano 2023.

O quadro abaixo evidencia o comportamento das principais subrubricas que compõem os fornecimentos e serviços externos:

Designação	2024	2023	Variação 24/23		2022
			Absoluta	%	
Água	24 975	32 684	-7 709	-23,6%	43 726
Electricidade	124 252	113 325	10 927	9,6%	126 281
Combustíveis e outros fluidos	10 667	10 875	-208	-1,9%	10 502
Conservação e Reparação	24 746	35 639	-10 893	-30,6%	48 203
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	390	946	-556	-58,8%	325
Material de escritório	4 530	4 096	434	10,6%	4 532
Publicidade e Propaganda	12 044	9 951	2 093	21,0%	20 399
Limpeza Higiene e Conforto	27 211	26 272	939	3,6%	26 005
Rendas e Alugueres	694	760	-66	-8,6%	2 467
Despesas de Representação	618	934	-316	-33,8%	768
Comunicação	17 279	18 210	-931	-5,1%	17 825
Seguros	25 619	24 528	1 091	4,4%	25 157
Vigilância e segurança	79 104	82 875	-3 772	-4,6%	84 859
Royalties	23 605	23 581	24	0,1%	20 661
Honorários / Consultoria	35 263	38 234	-2 972	-7,8%	29 084
Transporte de Pessoal e Inventários	32 617	32 709	-91	-0,3%	25 202
Deslocações e Estadias	33 179	30 482	2 697	8,8%	35 488
Serviços Bancários	3 012	4 285	-1 273	-29,7%	6 268
Outros	8 760	7 173	1 586	22,1%	14 536
Gastos c/FSE	488 565	497 559	-8 993	-1,8%	542 288

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 1.601.902 mECV e aumentaram 1,9% (+29.126 mECV) em 2024 face ao ano de 2023, tendo contribuído para tal, os acréscimos registados nas remunerações do pessoal, respetivos encargos e as remunerações adicionais, como se segue no quadro:

Designação	2024	2023	Variação 24/23		2022
			Absoluta	%	
Remunerações dos Órgãos Sociais	11 874	11 874	0	0,0%	11 998
Remunerações do Pessoal	1 050 102	1 026 964	23 139	2,3%	1 073 108
Remunerações Adicionais	291 154	280 018	11 136	4,0%	281 771
Indemnizações ao Pessoal	270	319	-49	-15,3%	2 973
Encargos s/Remunerações	206 094	199 581	6 513	3,3%	203 438
SOATDP	19 469	19 506	-37	-0,2%	4 099
Formação Profissional	1 869	2 176	-307	-14,1%	5 333
Ação Social Médico-Medicamentosa	632	653	-21	-3,3%	1 156
Festividades da Empresa	9 455	9 613	-158	-1,6%	10 552
Outros Gastos c/Pessoal	10 982	22 072	-11 090	-50,2%	7 188
Gastos C/Pessoal	1 601 902	1 572 776	29 126	1,9%	1 601 616

Assim, detalhadamente, os fatores que influenciaram este acréscimo incluem:

- As remunerações do pessoal, que registaram um aumento de 2,3% (+23.139 mECV), com as remunerações do pessoal do quadro administrativo a registar um aumento de 0,73% (+3.309 mECV) e as do serviço de estiva um aumento de 3,47% (+19.830 mECV). O ligeiro aumento das remunerações do quadro administrativo resulta dos ajustes salariais e mobilidades internas. Já o aumento das remunerações do serviço de estiva é consequência do acréscimo operacional registado no ano, nomeadamente no tráfego de longo curso, em todas as tipologias de mercadorias;
- As remunerações adicionais, que registaram um acréscimo de 4% (+11.136 mECV) com particular ênfase para a variação positiva registada nas horas extras (-5,4%) e, em contraponto, nas variações negativas no subsídio de Natal do pessoal do quadro administrativo (+5,16%) e no subsídio Natal do pessoal da estiva (+33,35%);
- Os encargos sobre remunerações, com um aumento de 3,3% (+6.513 mECV), o que está diretamente associado às variações nas remunerações referidas nos pontos anteriores; e

- Os gastos com formação profissional e festividades, que registaram diminuições de 14,1% e 1,6%, respetivamente, bem como os outros gastos com o pessoal cujo decréscimo é mais acentuado (50,2%) em virtude da redução dos gastos com o fardamento do pessoal.

No exercício económico de 2024, a empresa registou um decréscimo no seu quadro de pessoal, quer do pessoal administrativo, quer do pessoal do serviço de estiva conforme demonstra quadro abaixo, atendendo ao vínculo contratual:

	2024	2023
Pessoal Administrativo	534	544
Trabalhadores Portuários	426	453
Trabalhadores Portuários avulsos	532	671
	1 492	1 668

As variações no quadro administrativo e de trabalhadores portuários (efetivos) estão relacionadas com as situações de reforma por idade.

De realçar que para os gastos com as remunerações do serviço de estiva, concorrem os montantes pagos aos trabalhadores portuários ocasionais, que são recrutados em função da variação do tráfego portuário, particularmente do tráfego de pescado.

Neste exercício, os gastos com depreciações e amortizações apresentaram aumento modesto de 1% (+5.466 mECV), como resultado da política de investimentos dos últimos anos.

Já em relação aos outros gastos, regista-se um aumento substancial de 68,7% (+ 28.537 mECV), consequência das variações registadas em correções relativas a períodos anteriores, pelo registo do pagamento das remunerações variáveis do conselho de administração dos anos 2017 a 2020 e de 2022 a 2023 e do aumento de 52,7% em

donativos (+8.354 mECV).

No quadro abaixo são apresentados detalhes da variação desta rubrica:

Designação	2024	2023	Variação 23/22		2022
			Absoluta	%	
Impostos	4 463	4 641	-178	-3,8%	3 785
Diretos	265	239	25	10,6%	186
Indiretos	3 884	4 124	-240	-5,8%	3 325
Taxas	314	277	37	13,3%	273
Perdas em inventários	328	16	312	1908,8%	7
Gastos em investimentos não financeiros	536	712	-176	-24,7%	121
Outros Gastos	64 728	36 149	28 579	79,1%	19 127
Correções relativas a períodos anteriores	35 627	15 319	20 308	132,6%	5 231
Donativos	24 209	15 854	8 354	52,7%	9 167
Outros	4 892	4 976	-84	-1,7%	4 728
Outros Gastos Operacionais	70 054	41 518	28 537	68,7%	23 040

III. Ganhos e Perdas Financeiros

Os resultados financeiros registaram um decréscimo de 154% (+ 70.193 mECV) quando comparados aos obtidos em 2023. Esse acentuado decréscimo nos resultados financeiros é devido ao aumento dos juros de financiamentos de projetos e obras (+19.034 mECV), bem como às diferenças de câmbio desfavoráveis (+16.945 mECV) do empréstimo de retrocessão em moeda chinesa para aquisição de scâneres para o Porto Grande, o Porto da Praia e o Porto da Palmeira:

Designação	2024	2023	Variação 24/23		2022
			Absoluta	%	
GANHOS FINANCEIROS	129	34 341	-34 212	-99,6%	5 000
Juros Obtidos	-	12	-12	-100,0%	618
Juros Financiamento Pessoal	129	59	69,60	1,17	50
Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	34 269	-34 269	-	4 332
PERDAS FINANCEIRAS	115 897	79 916	35 981	45,0%	60 731
Juros de Financ. Projetos e Obras	98 950	79 916	19 034	23,8%	60 731
Outros Juros Financiamento	2	-	2	-	-
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	16 945	-	16 945	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	-115 768	-45 576	-70 193	-154,0%	-55 730

IV. EBITDA

Os rendimentos operacionais aumentaram 7,4% (+224.166 mECV) em relação ao ano de 2023, enquanto os gastos operacionais, excluindo as amortizações, comparativamente ao igual período, aumentaram 1,3% (+30.111 mECV), contribuindo, assim, para que o indicador EBITDA apresentasse um acréscimo de 25,3% (+194.055 mECV) e atingisse o montante de 962.454 mECV. Considerando o efeito das depreciações/amortizações, apurou-se, no ano de 2024, um EBIT (lucro antes de juros e impostos) de 430.659 mECV, superior em 77,9% (+188.589 mECV) ao EBIT obtido em 2023:

Designação	2024	2023	Variação 24/23		2022
			Absoluta	%	
Rendimentos Operacionais	3 247 447	3 023 282	224 166	7,4%	3 182 263
Gastos Operacionais s/Dep.Amortiz.	2 284 993	2 254 883	30 111	1,3%	2 311 761
EBITDA	962 454	768 399	194 055	25,3%	870 502
Depreciação/Amortização	531 795	526 329	5 466	1,0%	479 368
EBIT	430 659	242 070	188 589	77,9%	391 134
Resultado antes de impostos	314 891	196 495	118 397	60,3%	335 403
Imposto sobre o rendimento	71 524	52 119	19 405	37,2%	79 565
RESULTADO LÍQUIDO	243 367	144 375	98 992	68,6%	255 838

V. Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa ótica operacional, registaram um acréscimo de 26,8% (+169.146 mECV) face ao ano de 2023, resultante do aumento do resultado líquido, das imparidades e do apuramento de diferenças de câmbio desfavoráveis no ano em análise:

Designação	2024	2023	Variação 24/23		2022
			Absoluta	%	
Resultado Líquido	243 367	144 375	98 992	68,6%	255 838
Depreciações e Amortizações	531 795	526 329	5 466	1,0%	479 368
Provisões/Imparidades	7 941	-5 533	13 474	243,5%	3 445
Diferenças de câmbio	16 945	-34 269	51 214	149,4%	-4 332
CASH FLOW de EXPLORAÇÃO	800 047	630 901	169 146	26,8%	734 319

VI. Estrutura de Capitais

A estrutura de capitais da ENAPOR, conforme se pode aferir pelo quadro abaixo, em 2024 sofreu algumas variações:

Designação	2024	%	2023	%	2022	%
Capitais Próprios	3 169 944	46,3%	2 998 765	47,6%	2 982 309	46,5%
Passivo Não Corrente	1 886 282	27,5%	2 086 760	33,1%	2 135 353	33,3%
Passivo Corrente	1 794 964	26,2%	1 220 944	19,4%	1 289 967	20,1%
ESTRUTURA DE CAPITAIS	6 851 191	100%	6 306 469	100%	6 407 629	100%

No exercício de 2024, os capitais próprios da ENAPOR registaram uma variação positiva de 171.179 mECV, decorrente dos seguintes movimentos:

- Aumento do resultado líquido relativamente ao ano de 2023, no montante de 98.992 mECV;
- Aumento de reservas legais, em 7.219 mECV;
- Diminuição de resultados transitados negativos, em 64.969 mECV.

Os resultados líquidos de 2023 (144.375 mECV) foram distribuídos nas seguintes proporções:

- 5% para reservas legais, no valor de 7.219 mECV;
- 45% para cobrir variações negativas no capital próprio, no valor de 64.969 mECV;
- 50% para dividendos, no montante de 72.188 mECV.

A variação da rubrica do passivo não corrente (-200.477 mECV) resulta da ocorrência da diminuição dos financiamentos obtidos em 200.477 mECV.

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da ENAPOR sofreu um aumento de 544.722 mECV (+8,64%), comparativamente ao exercício de 2023.

VII. Indicadores Financeiros

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores da ENAPOR no exercício de 2024, evidenciando-se a sua evolução em relação ao período homólogo:

INDICADORES	2024	2023	Var (1-2)		2022
	[1]	[2]	abs	%	
INDICADORES DE EFICIÊNCIA					
GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA	2,36	2,90	-0,5	-18,8%	2,64
GASTOS COM PESSOAL / EBITDA	1,66	2,05	-0,4	-18,7%	1,84
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO					
GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRO (result.operac./result. ant. imposto)	1,37	1,23	0,136	11,0%	1,17
AUTONOMIA FINANCEIRA (cap.próprio/ativo)	0,46	0,48	-0,013	-2,7%	0,47
SOLVABILIDADE (cap.próprio/passivo)	0,86	0,91	-0,045	-5,0%	0,87
LIQUIDEZ (ativo corrente/passivo corrente)	1,04	1,05	-0,007	-0,6%	0,94
INDICADORES DE PRAZO MÉDIO					
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	61	53	8	15,1%	60
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	107	100	7	7,0%	111
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO					
RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (result. liquid./cap.próprio)	0,08	0,05	0,029	59,5%	0,09
RENDIBILIDADE DOS CAPITALS INVESTIDOS (result. liquid./ativo)	0,04	0,02	0,013	55,2%	0,04
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO					
RENDIBILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS (result. operac./rendimentos)	0,13	0,08	0,05	64,2%	0,12
RENDIBILIDADE LIQUIDA DAS VENDAS (result. liquid./rendimentos)	0,08	0,05	0,03	55,6%	0,08
EBITDA (Result. Operac. + Depreciações/Amortizações)	962 454	768 399	194 055	25,3%	870 502
Margem EBITDA (EBITDA / Volume Negoc.)	0,319	0,276	0,04	15,7%	0,291
EBIT (Resultado operacional)	430 659	242 070	188 589	77,9%	391 134
Margem EBIT (EBIT / Volume Negoc.)	0,14	0,09	0,06	64,3%	0,13
Cash-Flow (Resultado Líquido + Gastos não Desembolsáveis)	800 047	630 901	169 146	26,8%	734 327

Ao analisar os indicadores do ano de 2024, comparativamente ao ano de 2023, constata-se que os indicadores de eficiência apresentaram ligeiros decréscimos, resultantes do acréscimo ocorrido no EBITDA. O crescimento das prestações de serviço contribuiu diretamente para o aumento do EBITDA, não obstante o ligeiro acréscimo ocorrido nos gastos operacionais. A diminuição dos indicadores de eficiência demonstra uma gestão mais eficaz dos gastos ao longo do ano em análise.

No que diz respeito aos indicadores de comportabilidade de investimentos e capacidade de endividamento, registaram-se decréscimos em relação ao ano anterior. A autonomia financeira reduziu-se de 48% para 46% e a solvabilidade de 91% para 86%. A liquidez manteve-se estável em patamar superior a 1, indicando que os compromissos de curto prazo passaram a ser inferiores aos ativos de curto prazo, tendo o indicador fixando-se em 1,04. O grau de alavanca financeiro registou o valor de 1,37, superior ao 1,23 verificado em 2023. Importa destacar que este indicador é historicamente baixo, sinalizando que a Empresa apresenta um baixo risco financeiro.

O prazo médio de recebimento registou um aumento de sete dias, passando de 100 dias em 2023 para 107 dias em 2024. Paralelamente, o prazo médio de pagamentos também registou um aumento de oito dias, situando-se em 61 dias, quando no ano de 2023 tinha sido de cinquenta e três dias.

Os indicadores de rentabilidade e crescimento registaram aumentos, nomeadamente, a margem EBITDA que passou de 27,6% em 2023 para 31,9% em 2024, bem como a margem EBIT, cuja variação é de 27,6% para 31,9%. A rentabilidade operacional e a rentabilidade líquida das vendas também registaram melhorias em 2024, em resultado do acréscimo registado nos rendimentos.

6

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE



77 de 87

Portos de Cabo Verde Relatório & Contas 2024

I. A visão

Transformar Cabo Verde num centro de transbordo de cargas e numa plataforma de processamento e exportação de pescado.

II. A estratégia

- Crescimento nas operações e transformação do pescado;
- Subconcessão dos Serviços Portuários;
- Aumento da eficiência nos Portos de Cabo Verde e redução dos custos no tráfego inter-ilhas;
- Promover o Transbordo de Mercadorias.

III. A sustentabilidade financeira de todo o sistema portuário futuro

O aumento da produtividade das operações portuárias apresenta-se como uma grande oportunidade para os operadores privados que têm projetos de investimento nesses domínios. O objetivo de longo prazo de Cabo Verde é tornar-se num entreposto económico marítimo no Atlântico diversificado, moderno, altamente produtivo e globalmente competitivo. Para isso será necessário um sector privado capaz de empreender investimentos substanciais na gestão de infraestruturas a uma escala que não foi ainda tentada em Cabo Verde.

IV. Sistema Portuário Futuro Sustentável

- Financiamentos em Infraestruturas (públicos), com retorno por via do mercado;
- Plano de Investimentos globais adequados à estratégia de desenvolvimento;

- Desenvolver as ZJP's de todos os portos através de Planos de desenvolvimento (Master Plan) integrados nos planos nacionais e que potenciam o crescimento económico do país e de cada ilha:
 - Transportes/Mobilidade;
 - Turismo;
 - Indústria;
 - Lazer – comparticipação do porto para a comunidade.
- Aumento do valor de mercado da ENAPOR e tarifas mais baixas para os utilizadores;
- Aumento da eficiência, reduzindo os custos para os importadores e exportadores;
- Aumento da eficiência, reduzindo os custos de transporte marítimo inter-ilhas;
- Possibilidade e capacidade de investir em equipamentos que permitam também melhorar a eficiência da movimentação portuária;
- Atração de cargas adicionais, nomeadamente transshipment nos principais terminais portuários.

7

GESTÃO DE RISCO



No âmbito da atualização face aos requisitos da norma ISO 9001:2015, a gestão dos riscos e oportunidades passou a ser integrada no Sistema de Gestão da Qualidade, tendo sido desenvolvidas matrizes de gestão do risco para cada processo. Em 2020 a ENAPOR publicou a Política de Segurança da Informação, alinhada com os Princípios de Segurança da Informação descritos na ISO/IEC 27001:2013. Neste contexto, são identificados e analisados os riscos associados à segurança da informação quer em termos transversais a toda a organização quer especificamente relacionados com os processos.

A consolidação das melhores práticas de gestão do risco organizacional, alinhadas com o enquadramento da norma ISO 31000:2018, e as orientações da ISO 9001:2015, ISO 17025:2018 e ISO 27001:2013, sustentou a evolução da abordagem da ENAPOR ao risco e a necessidade da elaboração de uma Política de Gestão do Risco Organizacional.

A Política de Gestão do Risco na ENAPOR (PGRI) foi aprovada pelo seu Conselho de Administração, como um documento autónomo, e comunicada de uma forma abrangente às várias partes interessadas, externas e internas.

Os princípios da PGRI estão alinhados com os enunciados na norma ISO 31000:2018, constituindo a base para a gestão do risco na ENAPOR e estabelecendo orientações para a definição da estrutura e dos processos da gestão do risco da organização. Estes princípios permitem à ENAPOR gerir os efeitos da incerteza nos seus objetivos. Os Princípios da Gestão do Risco na ENAPOR são:

- Criação e proteção do valor definido pelas atribuições e missão presentes na sua Lei Orgânica;
- Integração nos processos organizacionais;
- Estruturada, abrangente e inclusiva;
- Dinâmica e baseada na melhor informação possível;
- Melhoria contínua.

A gestão desses riscos assenta num modelo implementado através de um processo integrado, contínuo e dinâmico de identificação e avaliação, monitorização, controlo e reporte e supervisão, auditoria e revisão dos riscos que está sustentado nas políticas transversais da empresa.

XII. Processos de Gestão de Riscos

De acordo com a norma ISO 31000:2018, o processo da gestão do risco envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas nas atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do contexto e na apreciação, tratamento, monitorização, revisão, registo e reporte do risco. No âmbito da gestão do risco na ENAPOR, foram consideradas duas aplicações específicas do processo da gestão do risco, correspondente a três tipologias de risco:

Riscos Estratégicos:

- Riscos associados ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos e Iniciativas Estratégicas, traduzidos no Plano Estratégico;
- Riscos ligados a decisões de nível estratégico enquadrados em contexto de iniciativas governamentais ou de Cabo Verde;

Riscos Operacionais:

- Riscos associados aos objetivos operacionais das unidades orgânicas, presentes no Plano de Atividades;
- Riscos associados aos processos das atividades definidas no âmbito da gestão da qualidade;
- Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Riscos associados à Segurança da Informação

- Riscos associados a incumprimentos dos enquadramentos regulatórios e legislativos;
- Riscos associados ao planeamento e execução de programas e projetos;
- Riscos associados à Segurança e Saúde Ocupacional;
- Riscos ambientais;
- Riscos técnicos.

Riscos financeiros:

- Risco de crédito - O risco de crédito decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, sejam contrapartes financeiras, clientes, fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros;
- Risco de taxa de câmbio - O risco de taxa de câmbio resulta das flutuações das taxas de câmbio associadas à um empréstimo de retrocessão concedido em moeda estrangeira;
- Risco de taxa de juro - O risco de taxa de juro decorre da volatilidade das taxas de juro aplicadas a empréstimos bancários de taxa variável;
- Risco de liquidez - O risco de liquidez está associado à capacidade de a Empresa obter os recursos financeiros necessários para satisfazer os seus compromissos operacionais e de investimento.

Assim, cada tipologia de risco tem o seu processo de gestão do risco específico, ou seja, o Processo de Gestão dos Riscos Estratégicos, o Processo de Gestão do Risco Operacional e o Processo de Gestão do Risco Financeiro, e dentro do Processo de Gestão do Risco Operacional haverá instanciação para os diversos subtipos de Riscos Operacionais.

XIII. Monitorização e Revisão

A Monitorização e Revisão dos Riscos Operacionais são partes integrantes da implementação do Tratamento do Risco, de modo a assegurar que as diferentes formas de

tratamento resultam e permanecem eficazes. A Monitorização e Revisão do risco é definida em função do nível de risco e das opções de Tratamento do Risco a realizar, estando alinhado com os processos do Sistema de Gestão da Qualidade bem como com os processos associados aos Planeamento e Avaliação do desempenho no Ciclo Anual de Gestão.

Assim, a Monitorização do Risco Operacional ocorre:

- Trimestralmente com a monitorização dos indicadores de desempenho do Balanced Scorecard da ENAPOR;
- Sempre que houver alteração relevante dos objetivos operacionais ou processos da ENAPOR;
- Sempre que algum evento externo ou interno de risco for identificado que possa ter impacto relevante nos objetivos operacionais ou processos da ENAPOR, ou alterar a Possibilidade de Ocorrência ou Impacto dos Riscos Estratégicos existentes.

A Monitorização do Risco Operacional implica:

- Verificar se os eventos de Riscos Operacionais continuam a ser relevantes;
- Eliminar os eventos de riscos que fiquem obsoletos;
- Analisar as Causas e Avaliar a Possibilidade de Ocorrência e Impacto dos eventos de Risco Operacional identificados, e respetivo Nível de Risco;
- Verificar a eficácia das ações de tratamento do risco e avaliar se o Risco Residual (Possibilidade de Ocorrência e Impacto, e respetivo Nível de Risco) é aceitável;
- Caso o Risco Residual não seja aceitável, definir novas ações de tratamento de risco;

A gestão do risco estratégico e operacional nos portos de Cabo Verde é crucial para garantir a segurança, eficiência e sustentabilidade das operações portuárias.

8

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

37

Porto de Sal-Rei
Ilha da Boavista

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Empresas Comerciais, considerando que a Empresa teve uma redução do seu capital próprio no exercício de 2021, no montante de 529.361 mECV, resultante do registo em Variações negativas no Capital Próprio do reembolso de IVA dos anos de 2014 a 2020, conforme decisão da Administração Fiscal e com o intuito de manter os rácios económico-financeiros em níveis sustentáveis, e à semelhança dos exercícios 2022 e 2023, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2024, no valor de 243.366,77 mECV, tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal	5%	12 168,34	mECV
Cobertura parcial de variações no capital próprio	45%	109 515,05	mECV
Dividendos	50%	121 683,39	mECV

São Vicente, 27 de Março de 2025

O Conselho de Administração

Ireneu Camacho

Eneida Gomes

Eduardo Lima

Presidente

Administradora Executiva

Administrador Executivo

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

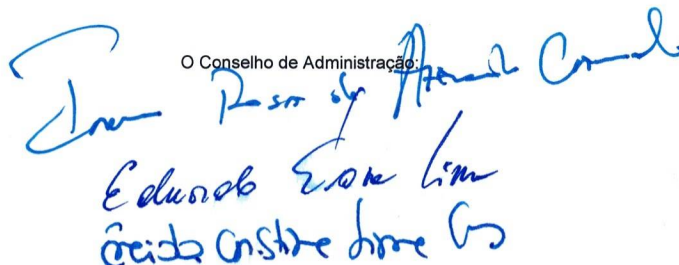
		Data de referência	
RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	6	307 053	307 053
Edifícios e outras construções	6	2 840 174	2 991 518
Equipamento básico	6	784 348	841 480
Equipamento de transporte	6	35 514	48 004
Equipamento administrativo	6	111 836	110 270
Outros ativos fixos tangíveis	6	21 958	26 455
Ativos fixos tangíveis em curso	6	777 919	639 699
Propriedades de investimento			
Edifícios e outras construções	5	15 206	16 662
Ativos Intangíveis			
Programas de computador	7	8 800	4 800
Outros ativos intangíveis	7	31 735	4 032
Ativos fixos intangíveis em curso	7	38 932	29 943
Outras contas a receber	8.1	3 716	3 720
Total do ativo não corrente		4 977 191	5 023 635
Ativo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.1	120 575	120 312
Clientes	10	709 532	582 643
Adiantamentos a fornecedores	11.1	1 374	454
Estado e outros entes públicos	12.1	226 285	162 325
Acionistas/sócios	13	555 927	198 060
Outras contas a receber	8.1	33 407	33 374
Diferimentos	14.1	51 306	62 131
Caixa e depósitos bancários	4	175 595	123 534
Total do ativo corrente		1 873 999	1 282 834
Total do ativo		6 851 191	6 306 469
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Capital social	15	1 200 000	1 200 000
Reservas legais	16	172 502	165 284
Outras reservas	16	1 903 340	1 903 340
Outras variações no capital próprio	16	(349 265)	(414 234)
Resultado líquido do exercício		243 367	144 375
Total do capital próprio (antes dos interesses minoritários)		3 169 944	2 998 765
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		3 169 944	2 998 765
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
	17.1	1 886 282	2 086 760
Total do passivo não corrente		1 886 282	2 086 760
Passivo corrente			
Fornecedores			
	18	77 739	66 942
Estado e outros entes públicos	12.2	187 146	112 287
Acionistas/sócios	13	84 980	12 792
Financiamentos obtidos	17.1	831 449	481 375
Outras contas a pagar	8.2	402 614	305 357
Diferimentos	14.2	211 037	242 191
Total do passivo corrente		1 794 964	1 220 944
Total do passivo		3 681 246	3 307 703
Total do capital próprio e do passivo		6 851 191	6 306 469

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:



Edson Ezequiel
Cecília Cristina Gomes

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

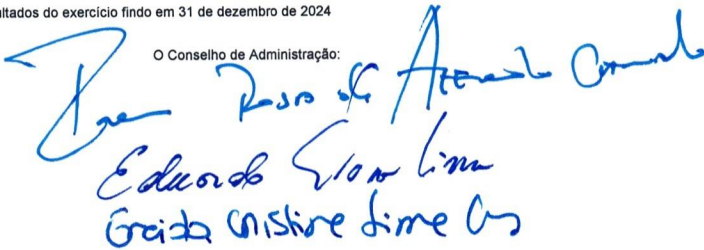
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)			
RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIO	
		2024	2023
Vendas e prestação de serviços	19	3 015 670	2 785 137
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.2	(110 469)	(117 548)
Resultado Operacional Bruto		2 905 201	2 667 590
Fornecimentos e serviços externos	20	(488 565)	(497 559)
Valor Acrescentado Bruto		2 416 636	2 170 031
Gastos com o pessoal	21	(1 601 902)	(1 572 776)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(7 941)	5 533
Outros rendimentos e ganhos	22	225 715	207 128
Outros gastos e perdas	23	(70 054)	(41 518)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		962 454	768 399
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	24	(531 795)	(526 329)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		430 659	242 070
Juros e rendimentos similares obtidos	25	129	34 341
Juros e gastos similares suportados	17.2	(115 897)	(79 916)
Resultado antes de impostos		314 891	196 495
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	(71 524)	(52 119)
Resultado líquido do exercício		243 367	144 375
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido do exercício			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de Capital da empresa-mãe		243 367	144 375
		243 367	144 375
Resultado por ação básico		0,20	0,12

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2023	1	1 200 000	152 492	1 903 340	(529 361)	-	255 839	2 982 309
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	144 375	144 375
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	12 792	-	115 127	-	(127 919)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	12 792	-	115 127	-	16 456	144 375
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	(127 919)	(127 919)
		-	-	-	-	-	(127 919)	(127 919)
OUTRAS OPERAÇÕES								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	4	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2023	1+2+3+4	1 200 000	165 284	1 903 340	(414 234)	-	144 375	2 998 765

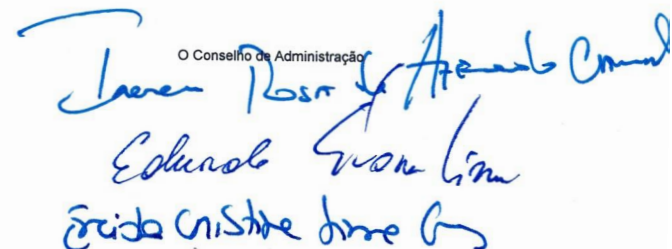
DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2024	1	1 200 000	165 284	1 903 340	(414 234)	-	144 375	2 998 765
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	243 367	243 367
Aplicação do resultado líquido do exercício	16	-	7 219	-	64 969	-	(72 188)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	7 219	-	64 969	-	171 179	243 367
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	(72 188)	(72 188)
		-	-	-	-	-	(72 188)	(72 188)
OUTRAS OPERAÇÕES								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	4	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2024	1+2+3+4	1 200 000	172 502	1 903 340	(349 265)	-	243 366	3 169 944

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	EXERCÍCIO		
	31/12/24		31/12/23
	Nota	Valores	Valores
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3 359 681	3 044 415
Pagamentos a fornecedores		(757 155)	(851 324)
Pagamentos ao pessoal		(1 117 194)	(1 073 915)
Caixa gerada pelas operações		1 485 333	1 119 176
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(30 086)	(80 522)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(733 200)	(767 010)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		722 047	271 643
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(738 928)	(513 409)
Ativos intangíveis		(16 469)	(21 179)
Ativos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares			
Subsídios ao Investimento		-	-
Ativos financeiros		-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(755 397)	(534 588)
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		499 175	500 819
Juros e ganhos similares		-	44
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(366 531)	(283 666)
Juros e gastos similares		(47 233)	(34 849)
Dividendos	16	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		85 411	182 348
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		52 061	(80 597)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	123 534	204 131
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	175 595	123 534

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração:

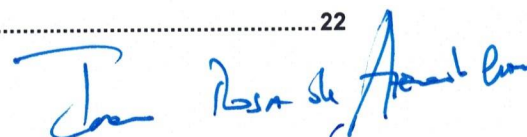
Tram Rosa de Almeida Carmo
Ednardo Lourenço
Georgette Mestre Lima

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Identificação da Entidade	3
1.2. Serviços Prestados	4
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS...	5
2.1. Base da apresentação	5
2.2. Derrogação das disposições do SNCRF	5
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	5
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	6
3.1. Moeda funcional e de Apresentação	6
3.2. Ativos fixos tangíveis	6
3.3. Propriedades de Investimento	7
3.4. Ativos intangíveis	7
3.5. Ativos e passivos financeiros	7
3.6. Perdas por Imparidade	8
3.7. Inventários	9
3.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	9
3.9. Rédito e regime do acréscimo	10
3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos	11
3.11. Responsabilidades Pós Emprego	11
3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período	11
3.13. Classificação de balanço	12
3.14. Subsídios	12
3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira	12
3.16. Eventos Subsequentes	12
3.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas ...	12
4. FLUXOS DE CAIXA	13
5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	14
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	14
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	17
8. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	18
8.1. Não Corrente a Receber	18
8.2. Corrente a Receber	18
8.3. Corrente a Pagar	19
9. INVENTÁRIOS	20
9.1. Inventários	20
9.2. Gastos com as Matérias Consumidas	21
10. CLIENTES	22


Edição 2024
Código 01/2024/01/2024

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

11.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	22
11.1.	A fornecedores	22
12.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	23
12.1.	Saldos Devedores	23
12.2.	Saldos Credores	23
13.	ACCIONISTAS	25
14.	DIFERIMENTOS	25
14.1.	Ativo	25
14.2.	Passivo	26
15.	CAPITAL REALIZADO	26
16.	RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	26
17.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	27
17.1.	Empréstimos bancários	27
17.2.	Custo de Financiamento	29
18.	FORNECEDORES	29
19.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30
20.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30
21.	GASTOS COM O PESSOAL	31
22.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	32
23.	OUTROS GASTOS E PERDAS	32
24.	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	33
25.	JUROS E GANHOS SIMILARES	33
26.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	33
27.	PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS	35
28.	GARANTIAS PRESTADAS E RECEBIDAS	35
29.	DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS	36
30.	OUTRA INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS	36
31.	EVENTOS SUBSEQUENTES	36
32.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36



João Paulo de Almeida
Edendo Gomes Lima
Cécilia Cristina Lima

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

Denominação Social: ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida Marginal, Cais Acostável, cidade do Mindelo, República de Cabo Verde.

Número de identificação Fiscal: 200487264

Matrícula comercial: 1168

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., adiante designada por “ENAPOR” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto Regulamentar nº4/2001, de 4 de junho, que aprovou os seus estatutos e tem por objeto a administração e gestão dos portos de Cabo Verde.

Pelo Decreto-Legislativo nº 01/2013 de 12 setembro, foi-lhe atribuída a condição de Concessionária Geral dos Portos, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária as áreas de jurisdição marítimas, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

Posteriormente, através do Decreto-Lei nº31/2015, foi aprovado as Bases da Concessão dos Portos de Cabo Verde, redefinindo o quadro jurídico geral da Concessão dos Portos, bem como as bases gerais das subconcessões de gestão, exploração e operação portuária e serviços portuários, aprovando ainda o modelo de regulação económica do sector portuário.

A Empresa exerce a sua atividade ao abrigo do contrato celebrado em 18 de janeiro de 2016, sob o título de “Contrato de Concessão Geral do Serviço Público Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

- (i) a Concessão tem por objeto a exploração do serviço público Portuário, a gestão, administração e manutenção dos Portos de Cabo Verde, devendo seguir os parâmetros e os princípios gerais de serviço público;
- (ii) O prazo da Concessão é de cinquenta anos a contar com a data da assinatura, podendo ser prorrogado por um período de vinte anos;
- (iii) Durante a concessão, a Concessionária é titular do direito de propriedade dos bens afectos à Concessão que não integrem o domínio público;
- (iv) Os bens adquiridos pelo Concessionária na vigência da Concessão integram o seu património privativo;
- (v) Integram a Concessão todos os bens associados à Concessão, nomeadamente bens imóveis, bens móveis e bens intangíveis;
- (vi) É obrigação da Concessionária a realização de todas as obras de reparação e conservação decorrentes da normal utilização dos bens afectos à Concessão;
- (vii) Extinguindo-se a Concessão por qualquer motivo revertem para o Concedente todos os bens e direitos afectos à Concessão, sejam ou não propriedade da Concessionária, obrigando-se a Concessionária a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste inerente à sua utilização, e livres de quaisquer ónus e encargos, não sendo legítimo invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção. Adicionalmente, caso a reversão dos bens não ocorra tal como indicado anteriormente, a Enapor deverá indemnizar o Estado de Cabo Verde;

Eduardo dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

- (viii) São devidas rendas pela Concessionária pela exploração das Atividades e Serviços Portuários. A renda corresponderá a 10% da receita total proveniente da cobrança das tarifas das atividades sujeitos a regulação económica, nos portos objecto do presente contrato.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em agosto de 2017 foi aprovado, nos termos do Código Comercial a alteração dos Estatutos, que foi publicado no BO nº. 14 II série de 02/03/2018.


As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos cabo-verdianos (convertidos em milhares de escudos cabo-verdianos), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

1.2. Serviços Prestados

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- Pilotagem;
- Reboque portuário;
- Segurança, polícia, proteção civil, vigilância e combate a incêndios;
- Navegação portuária, sinalização, faróis e luzes;
- Disponibilidades ou indicação de zonas de fundeio, atracação e desatracação;
- Disponibilidade de armazéns, edifícios, instalações para a manipulação, depósito, conservação ou presença de mercadorias e passageiros;
- Disponibilidade de meios mecânicos, terrestres ou flutuantes, para a manipulação e transporte de mercadorias nos portos;
- Fornecimento de água, eletricidade e gelo a embarcações;
- Proteção do meio ambiente, recolha de lixo, receção de resíduos sólidos e líquidos provenientes de navios, plataformas ou outras instalações fixas ou flutuantes; e
- Movimentação de carga, compreendendo estiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação de mercadorias dentro da zona portuária, bem como a formação e decomposição de unidades de carga.

No âmbito das orientações da política nacional para o sector portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão do ponto de vista do desenvolvimento, ampliação e modernização dos portos, bem como da facilitação do transporte marítimo inter-ilhas.


Eduardo Estanham
Cécilia Cristine Lima

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são como se segue:

2.1. Base da apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as Normas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro ("SNCRF") regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 49/2008, de 29 de dezembro (Código de Contas);
- Despachos Normativos de 1 a 27/2008 (Normas de Relato Financeiro, Estrutura Conceptual, Modelos das demonstrações financeiras)

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizados as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo de recursos relativos às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidos pelo International Accounting Standards Board e respetivas interpretações, sempre que o SNCRF não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base na melhor experiência e conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. Derrogação das disposições do SNCRF

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do período a que respeitam, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas NRF, aprovadas e adotadas em Cabo Verde.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Moeda funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens quando a utilização e exploração dos mesmos transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando os mesmos foram integralmente doados à Empresa; e (iii) ao custo de aquisição que inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados, subsequentemente, pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

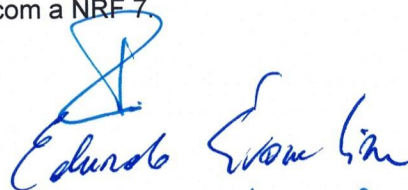
Os ativos tangíveis em curso refletem ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas em vigor no país (Portaria 3/84 para aquisições anterior a 2015 e Portaria 42/2015 para aquisições a partir de 2015), de forma consistente de período para período, numa base de duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, de acordo com a vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como segue:

	Taxas de Amortizaã o (%)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	5 a 20
Equipamento de transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 33,33
Outros Ativos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos, de acordo com a NRF 7.


Eduardo Sousa Lima
Cristina Lima

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo a data de alienação/abate é reconhecido em resultados como «*Outros rendimentos e ganhos*» ou «*Outros gastos e perdas*».

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, encontram-se escrituradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações ocorridas, bem como das perdas por imparidade, até a sua transferência para propriedades de investimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Portaria nº42/2015), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a vida útil económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida pela venda ou troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas são registados na demonstração dos resultados do período, respetivamente, nas rubricas «*Outros rendimentos e ganhos*» ou «*Outros gastos e perdas*».

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projeto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de linha reta (quotas constantes), durante um período não superior a 3 anos.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

A. Caixa e depósitos bancários

A Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende as notas e moedas. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

resultados do exercício.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica, são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

B. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com o critério fiscal estabelecido no CIRPC-Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor, não existindo diferenças materiais.

C. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

D. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

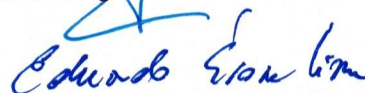

3.6. Perdas por Imparidade

É efetuada uma avaliação para determinação de perdas por imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência desses indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação, entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de

fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de “Perdas por imparidade”.

Contudo, a reversão da perda é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da fatura, despesas de transporte, seguro e o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o custo médio ponderado, como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respetivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica “Perdas por Imparidade”.

3.8. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos dele derivados.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos, não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.9. Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- e
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.


O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Diferimentos” (ativos ou passivos), «Outras contas a receber» e «Outras contas a pagar».



Eduro Espinoza
Cécile Christine Espinoza

3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração dos resultados do exercício (Nota 18.2).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respetivos bens.

3.11. Responsabilidades Pós Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos trabalhadores, encontram-se registadas na rubrica de «Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego». Estas responsabilidades correspondem à estimativa de gastos a incorrer pela Empresa relativamente aos funcionários que aderiram ao plano de pré-reformas proposto pela Empresa no decorrer dos exercícios de 2017 e 2020.

3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

Ainda, decorrente da Lei nº82/2015 de 8 janeiro, algumas despesas estão também sujeitas a tributação autónoma. Trata-se de um imposto direto que incide sobre determinados encargos do sujeito passivo de IRPC, independentemente de ter ou não gerado rendimento no período tributável. As taxas aplicáveis são de 10% e 40%, e ainda podem ser agravadas em 10% sempre que o sujeito passivo apresente resultado negativo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, a Empresa adota o disposto na NRF 22.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formais ou substancialmente, emitidas à data do balanço.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

Para além dos ativos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originem o registo de ativos e passivos por impostos diferidos.

3.13. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Cabo-Verdiano ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos. Essas participações para aquisição de ativos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos fixos tangíveis.

3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.16. Eventos Subsequentes


Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.17. Juízos de valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.


Eduardo Gomes Lima
Presidente Conselho de Administração

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Perdas por imparidade de inventários;
- Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Justo valor das propriedades de investimento venda;
- Valorização dos ativos por impostos diferidos;
- Provisões.

4. Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) foi utilizado o método direto, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às aplicações de liquidez imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Numerário:		
Caixa	648	400
Depósitos bancários:		
Depósitos em Banca Comercial	174 947	123 134
Caixa e seus equivalentes	175 595	123 534
 Depósitos a Prazo	-	-
Caixa e depósitos bancários	175 595	123 534

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa já não dispunha de depósitos a prazo, uma vez que, o depósito a prazo no Banco BCA foi mobilizado no final da sua maturidade no ano de 2023.

Igualmente, não existiam em 31 de dezembro de 2024, juros referentes a excedentes de tesouraria, pelo que, o detalhe dos anos 2023 e 2024 é como se segue:

	2024	2023
Juros de Depósitos à ordem (Nota 25)	-	-
Juros de Depósitos a prazo (Nota 25)	-	12
	-	12

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

5. Propriedades de Investimento

Os movimentos das propriedades de investimento ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 detalham-se a seguir:

Movimentos 2024

	Edifícios e outras construções	Total
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	76 764	76 764
Adições	-	-
Alienações e abates	-	-
Transferências	-	-
Saldo Final	76 764	76 764
Depreciações acumuladas		
Saldo Inicial	60 102	60 102
Depreciação do exercício (Nota 28)	1 456	1 456
Alienações e abates	-	-
Transferências	-	-
Saldo Final	61 558	61 558
Valor Líquido	15 206	15 206

Movimentos 2023

	Edifícios e outras construções	Total
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	76 764	76 764
Adições	-	-
Alienações e abates	-	-
Transferências	-	-
Saldo Final	76 764	76 764
Depreciações acumuladas		
Saldo Inicial	58 645	58 645
Depreciação do exercício (Nota 28)	1 456	1 456
Alienações e abates	-	-
Transferências	-	-
Saldo Final	60 102	60 102
Valor Líquido	16 662	16 662

Os montantes registados nesta rubrica dizem respeito, essencialmente, à edifícios no porto da Praia que se encontram arrendados a terceiros.

É entendimento do Conselho de Administração que o valor de mercado destas propriedades de investimento, suportado em estudos internos, é superior ao valor líquido contabilístico, pelo que não foram registadas quaisquer perdas por imparidade.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como, nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

Movimentos 2023								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fijos Tangíveis	Ativos Fijos Tangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto								
Saldo Inicial	307 053	7 161 629	4 906 013	417 291	659 820	151 054	664 819	14 267 680
Adições	-	41 542	21 048	19 786	43 284	1 153	197 594	324 407
Alienações e abates	-	-	-	(8 813)	(3 205)	-	-	(12 018)
Transferências	-	140 155	79 218	-	1 775	1 754	(222 901)	-
Regularizações	-	626	9 931	1 403	101	-	187	12 248
Saldo Final	307 053	7 343 951	5 016 211	429 666	701 775	153 962	639 699	14 592 317
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	4 141 621	3 934 285	377 662	550 026	119 416	-	9 123 010
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	210 759	240 446	12 813	44 632	8 091	-	516 742
Alienações e abates	-	-	-	(8 813)	(3 062)	-	-	(11 875)
Regularizações	-	53	-	-	(91)	-	-	(38)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	4 352 433	4 174 731	381 662	591 505	127 507	-	9 627 838
Valor Líquido	307 053	2 991 518	841 480	48 004	110 270	26 455	639 699	4 964 479

- i) Edifício SMOP-Serviço de Mão-de-Obra Portuária do Porto da Praia, no montante total de mECV 41.070 mECV;
- ii) Beneficiação da rampa ro-ro do Porto de Tarrafal, no montante de 5.417 mECV;
- iii) Docagem e reparação do R/M Cabo Verde, no montante de mECV 15.486;
- iv) Equipamentos portuários, nomeadamente, uma lancha para transporte de pilotos, no montante de 11.012 mECV que foi alocada ao Porto da Praia, uma grua para movimentação vertical, no montante de 29.715 mECV para o Porto de Vale de Cavaleiros, três empilhadoras para movimentação horizontal para o Porto Grande, Porto da Praia e Porto de Vale Cavaleiros, no montante total de mECV 98.624;
- v) Equipamentos eletrónicos, nomeadamente, computadores, impressoras, câmaras de video-vigilância para todos as Estruturas da Empresa, no montante de aproximadamente, mECV 24.938;
- vi) Mobiliários diversos, incluindo os mobiliários para o Edifício SMOP do Porto da Praia, no montante total de mECV 8.632.

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em curso em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

	2024	2023
Projeto Terminal Cruzeiros do Porto Grande	239 108	229 061
Projeto Pipelines de Gasolina e Jet A1 -Palmeira	181 012	179 340
Construção Edifício Mão-de-Obra Portuária - Praia	-	28 224
Grua Grove RT890E 80Tons P/ PInglês	-	25 064
Centro Expurgo - Inspeção/Tratamento Prod.Agrícolas P.Novo	77 233	17 616
Obras Reabilitação Piso e Vigas Coroamento Cais Cabotagem PP	53 987	22 786
Remodelação Oficinas PG	42 553	39 255
Construção Gare Marítima/Espaço Social Estiva-PInglês	41 791	25 848
Desassoriamento Porto Inglês	27 518	-
Reparação e Docagem Rebocador Monte Cara	18 411	-
Expansão Porto Grande	15 637	14 838
Reparação Partes Danificadas Quebramar P.Sal Rei	12 157	-
Expansão Porto Novo	11 914	11 317
Fornec/Instalaç/ConfiguraçServidor/Atualiz.Infraest. PP/PG	11 412	-
Lanchas para pilotos Porto Grande e Porto Praia	10 306	13 807
Quadros Elétricos Poliéster (Instalação Sistema deTelecontagem)	-	8 190
Boias Sinalização e AcessóriosInstalação PT	5 151	5 440
Outros	29 727	18 913
	777 919	639 699

As obras de construção do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande executadas pelo Consórcio Mota-Engil/Empreitel Figueiredo iniciaram-se em janeiro de 2022, com um prazo de execução inicial de 22 meses. No entanto, a referida obra registou alguns atrasos e a sua conclusão está prevista para março de 2025.

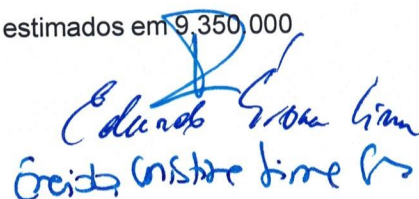
O projeto pipelines no Porto Palmeira encontra-se na sua fase final, faltando para a sua conclusão a devida certificação e os trabalhos de vedação para que a infraestrutura esteja em condições de ser utilizada e, portanto, efetivar-se a bombagem de granel líquido (combustível) diretamente das embarcações para os depósitos das petrolíferas.

O projeto de remodelação das oficinas e construção do edifício de mão-de-obra portuária no Porto Grande foi parcialmente concluído no decurso do ano de 2023, sendo que já está a ser utilizada a parte da infraestrutura destinada ao serviço de mão-de-obra portuária. O montante de mECV 42.553 que se encontra em curso e corresponde à parte da infraestrutura destinada às oficinas e cuja conclusão está prevista para o final do 1º trimestre de 2025.

Iniciaram-se no último trimestre de 2023, as seguintes obras: reabilitação do piso e vigas de coroamento do Cais de Cabotagem do Porto da Praia no montante total de mECV 108.531 cujo prazo de execução foi previsto em 8 meses, a contar de novembro/2023 mas que pela complexidade da obra, os trabalhos irão estender-se até o 2º semestre de 2025; infraestruturas terrestres do Porto Inglês, nomeadamente uma gare marítima, espaço social para a mão-de-obra portuária e oficinas no montante total de mECV 78.128 e conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2025, que não ocorrerá devido a atrasos na obra, estando-se agora a prever a conclusão para finais de 2025; construção do Centro de Expurgo para inspeção e tratamento de produtos agrícola no Porto Novo no montante total de mECV 80.978 e conclusão prevista para o final do primeiro trimestre de 2025.

Os trabalhos de desassoreamento do Porto Inglês consistem na dragagem do Cais de atracação por forma a obter os fundos necessários para atracação em segurança dos navios no respetivo berço. Os trabalhos iniciaram-se em setembro/2024, estando a conclusão prevista para fevereiro/2025.

Em relação aos Projetos de Expansão do Porto Grande e do Porto Novo estimados em 9.350.000


Eduardo Gomes Lima
Diretor Executivo Financeiro

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

mECV e 5.423.000 mECV que embora sejam investimentos públicos serão explorados pela ENAPOR e os gastos com os estudos e projetos caberão à Empresa, pelo que, parte dos dispêndios com esta natureza já foram registados em ativos em curso.

É entendimento do Conselho de Administração que os projetos acima indicados não apresentam indícios de imparidade pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

7. Ativos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Movimentos 2024

	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo Bruto				
Saldo Inicial	215 073	9 072	29 943	254 088
Adições	2 812	33 521	12 992	49 325
Transferências	4 003	-	(4 003)	-
Alienações e abates	-	-	-	-
Saldo Final	221 888	42 593	38 932	303 413
Amortizações acumuladas:				
Saldo Inicial	210 273	5 040	-	215 313
Amortização do exercício (Nota 28)	2 816	5 817	-	2 816
Alienações e abates	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo Final	213 089	10 857	-	223 946
Valor Líquido	8 800	31 735	38 932	79 466

Movimentos 2023

	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo Bruto				
Saldo Inicial	210 469	9 072	13 367	232 908
Adições	4 604	-	16 575	21 179
Transferências	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-
Saldo Final	215 073	9 072	29 943	254 088
Amortizações acumuladas:				
Saldo Inicial	205 166	2 016	-	207 182
Amortização do exercício (Nota 28)	5 107	3 024	-	8 131
Alienações e abates	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo Final	210 273	5 040	-	215 313
Valor Líquido	4 800	4 032	29 943	38 774

Os ativos intangíveis são constituídos, essencialmente, por softwares diversos utilizados pela Empresa na sua atividade. Em “Outros Ativos Intangíveis”, encontra-se registado o projeto de avaliação da maturidade de inovação digital da Empresa e o Plano de continuidade de negócio e gestão de crise, no total líquido de mECV 31.735.

O detalhe dos ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é o seguinte:

Eduardo Gomes Lima
Presidente do Conselho de Administração

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

	2024	2023
Implementação Plataforma BPM p/Gabinete Procurement	23 939	19 728
Desenvolvimento Plano Gestão Ambiental e Social nos Portos	5 573	1 948
Eficiência Energética (Projeto para Instalação)PG/PP/Palm	5 356	4 263
Portal de Orçamentação	-	4 003
Outros	4 064	-
	38 932	29 943

O projeto para implementação de uma plataforma de compras para o Gabinete de Procurement, iniciou-se em 2020 com o trabalho de análise e levantamento de necessidades. Em 2021 com a escolha, mediante concurso público, da Empresa para os trabalhos de desenvolvimento que se iniciaram em dezembro de 2022, sendo que, o tempo estimado para a sua entrada em produção é de 12 meses. No entanto, o projeto conheceu alguns atrasos, tendo entrado em produção em fevereiro/2025.

Tendo em linha de conta, a sustentabilidade ambiental e social, o compromisso do país para com as ODS e a contribuição da ENAPOR, S.A. para a economia azul, iniciaram-se em 2023, os projetos de “Eficiência Energética no Porto Grande, Porto da Praia e Porto da Palmeira” e o “Plano de Gestão Ambiental e Social em todos os Portos do país”, que com base nas recomendações das auditorias energéticas efetuadas, a Empresa pretende executar no decorrer de 2025, soluções de investimento que potenciem, o processo de descarbonização da atividade portuária, pela via da produção e uso de energias renováveis e promoção da eficiência energética. O concurso para seleção de uma Empresa para desenvolvimento do projeto “Eficiência Energética” foi lançado e janeiro/2025.

8. Outras Contas a Receber e a Pagar

8.1. Contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Outras contas a receber - ativo não corrente		
Empréstimos aos trabalhadores	5 582	5 587
Perdas por imparidade em contas a receber de trabalhadores	(1 867)	(1 867)
	3 716	3 720
Outras contas a receber - ativo corrente		
Outros acréscimos de rendimentos	26 829	26 829
Empréstimos aos trabalhadores	10 853	10 104
Perdas por imparidade em contas a receber de trabalhadores	(3 737)	(3 737)
Outras contas a receber	11 403	12 119
Perdas por imparidade em outras contas a receber	(11 941)	(11 941)
	33 407	33 374

Em 31 de dezembro de 2024, existiam empréstimos efetuados ao pessoal, classificados como ativo não corrente, no montante de mECV 5.582 (mECV 5.587 em 2023) a médio longo prazo, para os quais estão registadas perdas por imparidade no montante de mECV 1.867.

Eduardo Gonçalves
Gestor Financeiro

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

Em 31 de dezembro de 2024, existiam empréstimos e adiantamentos efetuados ao pessoal, classificados como ativo corrente, no montante de mECV 10.853 (mECV 10.104 em 31 de dezembro de 2023) a curto prazo, para os quais estão registadas perdas por imparidade no montante de mECV 3.737.

Os empréstimos referidos, destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação, aquisição de viatura própria e para tratamento médico no exterior, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos vencem juros a taxa estabelecido pelo Banco Central, cumprindo com o disposto na Lei nº 82/VIII/2015 de 8 janeiro.

A rubrica «Outros acréscimos de rendimentos» diz respeito ao subsídio atribuído pela ORIO para cobrir as despesas de manutenção do RM Praia Maria referente aos anos de 2021 e 2022, nos termos do contrato de financiamento a fundo perdido de 30% do referido equipamento. O relatório das despesas foi aprovado em finais de 2023, esperando-se o encaixe do montante aprovado em 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica «Outras contas a receber» inclui o montante de mECV 11.941 mECV relativo às contas a receber do Projeto Plataforma de Frio do Porto Grande, projeto de tutela do Governo de Cabo Verde. Devido à antiguidade do valor a receber referente à Plataforma de Frio do Porto Grande foi constituída no exercício de 2021 uma perda por imparidade para esse montante.

8.2. Contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Outras contas a pagar - passivo não corrente		
Outras contas a pagar	-	-
	-	-
Outras contas a pagar - passivo corrente		
Fornecedores de imobilizado	81 508	40 449
Remunerações e encargos com férias, H. Extras	178 262	172 039
Remunerações a regularizar	17 029	22 911
Juros a pagar de projetos	59 508	16 423
Juros a pagar de equipamentos	15 017	6 687
Juros a pagar/Financiamento Diversos	3 537	3 235
Fornecedores por Acréscimos de gastos	31 709	36 610
Outros credores diversos	16 044	7 002
	402 614	305 357

O valor em dívida a fornecedores de imobilizado como passivo corrente no montante de mECV 81.508, inclui quantias referentes à aquisição de ativos diversos.

Encontra-se registado na rubrica “Remunerações e Encargos com férias, H. Extras”, as responsabilidades da Empresa para com os trabalhadores (conforme disposto no Código laboral) referentes a férias a pagar e respetivas contribuições para a Previdência Social, que correspondem a 16% das remunerações de férias a serem processadas e das horas extraordinárias e respetivos encargos referentes ao mês de dezembro de 2024, pagas no processamento de vencimento de janeiro do ano de 2025.

Na rubrica “Remunerações a regularizar” encontram-se registados os montantes relativos aos


Eduardo Eron Lima
Eduardo Eron Lima

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

salários dos trabalhadores portuários da segunda quinzena do mês de dezembro de 2024 que serão liquidados nos primeiros dias do mês de janeiro de 2025.

Na rubrica de “Juros a pagar de projetos” encontram-se registado os juros suportados com o empréstimo de financiamento obtido para a obra de expansão do Porto da Palmeira no montante de mECV 59.508.

Na rubrica “Juros a pagar de equipamentos”, no montante de mECV 15.017 encontram-se registados os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores.

Na rubrica “Juros a pagar /Financiamentos Diversos”, no montante de mECV 3.537 encontram-se registados os juros respeitantes à dois financiamentos para projetos e equipamentos diversos e apoio a tesouraria.

Nos fornecedores por acréscimos de gastos no montante de mECV 31.709 foram registados os fornecimentos e serviços, nomeadamente, gastos com água, eletricidade, comunicação e publicidade, royalties, serviços de informática e outros respeitantes ao exercício 2024 cujas faturas serão recebidas no exercício de 2025.


9. Inventários

9.1. Inventários

Os montantes dos Inventários em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 eram os seguintes:

	2024	2023
Inventários		
Inventário - Combustíveis e Lubrificantes	7 388	6 793
Inventário - Material de Conservação e Reparação	3 887	3 751
Inventário - Vestuário, Fardas e Utensil Domésticos	28 168	14 177
Inventário - Acessórios p/Equip. Hidraulico	116 189	112 363
Inventário - Pneumáticos e Acessórios	47 907	61 719
Inventário - Tintas e Solventes Diversos	691	1 026
Inventário - Utensílios de Descarga	8 784	9 752
Inventário - Materiais e Artigos de Escritório	1 243	1 483
Inventário - Outros não Especificados	560	633
Total	214 816	211 698
 Em Trânsito - Mat. Constr Civil e serralharia e outros	5 089	87
Em Trânsito -Acessór. p/Equip. Hidraulico	1 669	2 383
Em Transito - Outros Material e Artigos Diversos	797	-
Total	7 555	2 470
 Perdas por Imparidade		
Imparid. Invent - Combustivel e Lubrificante	(247)	(247)
Imparid. Invent - Material Conservação e Reparação	(2 801)	(2 818)
Imparid. Invent - Vestuario/Fardas e Utensílios	(479)	(452)
Imparid. Invent - Acessórios p/Equip. Hidráulico	(84 754)	(77 688)
Imparid. Invent - Pneumáticos e Acessários	(6 527)	(4 789)
Imparid. Invent - Tintas e Solvente	(480)	(800)
Imparid. Invent - Utensílios de Descarga	(6 481)	(7 024)
Imparid. Invent -Materiais de Escritório	(28)	(28)
Imparid. Invent - Outros não Especificados	-	(9)
Total	(101 797)	(93 856)
Valor Líquido	120 575	120 312

Em 31 dezembro de 2024 foram identificados inventários obsoletos ou inutilizáveis, e com valores


Eduardo
Gilda Christine Lima

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

de realização inferiores aos valores contabilísticos. Nas circunstâncias, no exercício, foi reforçada a imparidade já constituída. No entanto, foram realizados pelo uso, inventários com imparidade constituída em exercícios anteriores, pelo que se registaram reversões, tal como detalhado abaixo:

	2024	2023
Saldo inicial	93 856	99 389
Reforços	14 003	25 483
Reversões	(6 062)	(31 016)
Saldo final	101 797	93 856

9.2. Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas

Os gastos com inventários em 2024 e em 2023 incluídos na rubrica «Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas», foram o seguinte:

	2024	2023
Combustíveis e Lubrificantes	57 768	66 286
Material de Conservação e Reparação	3 925	4 341
Vestuário, Fardas e Utensil Domésticos	5 900	1 570
Acessórios p/Equip. Hidraulico	21 688	20 240
Pneumáticos e Acessórios	14 402	18 258
Tintas e Solventes Diversos	1 595	1 158
Utensílios de Descarga	1 571	2 224
Materiais e Artigos de Escritório	3 091	2 742
Outros não Especificados	530	730
	110 469	117 548

A rubrica “Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas” é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Inventários iniciais	214 167	161 842
Compras	120 032	172 062
Regularizações	(1 359)	(2 189)
Inventário em Transito	(7 555)	(2 470)
Inventários Finais	(214 816)	(211 698)
	110 469	117 548

Eduardo Sousa Lima
Gestor Financeiro

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

10. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Clientes tem a seguinte composição:

	2024	2023
Quantia bruta		
Clientes - conta corrente	846 458	746 320
Clientes - Acréscimos de rendimentos	75 221	48 470
Total	921 679	794 790
Perdas por imparidade	(212 147)	(212 147)
Quantia escriturada	709 532	582 643

A rubrica “Clientes – Acréscimos de rendimentos” no montante de mECV 75.221, refere-se aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de tráfego, armazenagem, aluguer de equipamentos e outros que não se encontram faturados em 31 de dezembro de 2024.

À semelhança do ano anterior, em 2024 não se registaram movimentos nas perdas por imparidade de clientes, mantendo-se o saldo inalterado:

	2024	2023
Saldo inicial	212 147	212 147
Reforços	-	-
Reversão	-	-
Utilização	-	-
Saldo final	212 147	212 147

O Conselho de Administração considera que o montante acumulado é suficiente para cobrir os riscos da sua carteira de clientes e que há expectativas fiáveis de recuperação dos valores em carteira.

11. Adiantamentos a Fornecedores e a clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos de adiantamentos a fornecedores eram, como se segue:

11.1. A fornecedores

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	1 374	454
	1 374	454

Eduardo Sousa Lima
Presidente do Conselho de Administração

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

A rubrica «Adiantamentos a Fornecedores», no montante de mECV 1.374 é referente à antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1º semestre de 2025.

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

12.1. Saldos Devedores

	2024	2023
Imposto a Recuperar	9 148	9 148
Imposto Pagamentos por conta	-	10 468
Reembolsos Pedidos	216 968	142 541
Outros Impostos	168	168
	226 285	162 325

Em 2024, a Empresa detém créditos sobre o Estado no montante de mECV 226.285 referente, a crédito de IUR de exercícios anteriores, mECV 9.148 e crédito de IVA no montante de mECV 216.968 dos exercícios de 2022 (mECV 69.322), 2023 (mECV 73.219) e 2024 (mECV 74.427) cujos reembolsos já foram solicitados à Administração Fiscal. Com a entrada em vigor do Despacho nº 7/2021 da Direção Nacional de Receitas do Estado não houve consenso entre a Administração Fiscal e a Empresa quanto à base de incidência do imposto de acordo com a natureza das operações, tendo a DNRE suspenso a sua aplicação, mantendo-se, no entanto, o direito à dedução conforme CIVA em vigor.

12.2. Saldos Credores

A Enapor não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Imposto s/Rendimento a Pagar	31 933	962
Retenção Impostos sobre Rendimentos	23 599	17 811
Outros Impostos	487	67
Previdência Social	40 793	39 989
Taxa Segurança Marítima	84 475	47 598
Imposto Único S/Património	5 859	5 859
	187 146	112 287

O montante de mECV 40.793 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro de responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

Eduardo Gomes Lima
Presidente do Conselho de Administração

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

- i) Previdência Social – A contribuição da Empresa corresponde a 16% das remunerações com carácter regular dos empregados;
- ii) Direitos Aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efetuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a pauta aduaneira em vigor;
- iii) Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa.

Para os contribuintes do regime normal (método da verificação) corresponde a uma taxa de 21% sobre a matéria coletável. A referida taxa foi atualizada de 22% para 21% conforme a Lei n.º 35/X/2023 de 31 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para o exercício económico de 2024. Para o apuramento da matéria coletável, são deduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, os gastos não dedutíveis, de onde se destaca os não devidamente documentados, as imparidades e provisões não aceites fiscalmente, o Imposto Único sobre o Património ("IUP"), as correções de impostos e os custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício.


Em resultado do CIRPC, e atualizações, aos pagamentos por prestações de serviços efetuados por entidades não residentes, a Empresa faz retenção na fonte à taxa liberatória de 15%, quando não se aplica os acordos de dupla tributação.

- iv) Tributação Autónoma - Aplica-se a um leque de despesas com particular foco nos benefícios atribuídos aos trabalhadores (10%) e nas despesas não documentadas (40%);
- v) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras, à taxa de 15%, conforme Código de IVA em vigor e correspondentes atualizações e as prestações de serviço efetuadas pela Empresa são tributadas conforme o Despacho n.º 07/2021 de 15 de junho de 2021 da DNRE-Direção Nacional de Receitas do Estado, que define as prestações de serviço isentas, que por definição visam a satisfação das necessidades diretas das embarcações e da sua carga, portanto não sujeitas ao imposto, e as prestações de serviço tributáveis à taxa de 15% quando não sejam para a satisfação direta das necessidades das embarcações e da sua carga.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e para-fiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspeção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

O Decreto-Lei n.º 39/2018 de 20 de junho criou a TSM - Taxa de Segurança Marítima, com o objetivo de apoiar e promover as condições de sustentabilidade da segurança do transporte marítimo no país e constitui a contrapartida dos serviços relacionados com a segurança de pessoas e bens no âmbito do transporte marítimo, incidindo sobre navios que escalam os portos nacionais, passageiros e consignatários das cargas transportadas cujos valores foram fixados por Portaria conjunta n.º 29/2018 de 22 de agosto. A concessionária da infraestrutura portuária, ENAPOR, S.A., é responsável pela cobrança da TSM aos armadores ou seus representantes dos navios e consignatários das cargas em conformidade com estipulado na referida Portaria. Em 31 de dezembro de 2024, o montante a pagar de 84.475 mECV corresponde às cobranças dos meses de novembro e dezembro de 2024 e valores de TSM cuja cobrança efetiva não tenha sido efetivada.



Eduardo Gomes Lima
Bécida Monteiro Lima

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

13. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Acionistas / sócios” é constituída como se segue:

	2024	2023
Acionistas - Ativo		
Adiantamentos	555 927	198 060
Perdas por imparidade em acionista	-	-
	555 927	198 060
Acionistas - Passivo		
Lucros Disponíveis	84 980	12 792
	84 980	12 792

O montante a receber do acionista, mECV 555.927, corresponde a desembolsos para projetos da responsabilidade do Estado, nomeadamente, Ocean Race 2023, comparticipação nacional do Terminal de Cruzeiros de Mindelo, reabilitação do “tankim” na zona da Matiota e Empreitada de melhorias na Estrada Nacional Circular da Praia (Zona Portuária) e Tecido Verde da Av. John Kennedy. De acordo com as decisões em Assembleia Geral, a Enapor fará os desembolsos necessários para esses projetos e os mesmos deverão ser deduzidos nos dividendos futuros a receber.

A favor do acionista, o saldo de mECV 84.980 referente ao remanescente de dividendos distribuídos do exercício 2022 (mECV 12.792) e mECV 72.188 mECV de dividendos distribuídos do exercício 2023. No entanto, esses montantes serão regularizados via encontro de contas com os desembolsos dos projetos acima referidos.

14. Diferimentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 eram os seguintes:

14.1. **Ativo**

	2024	2023
Gastos a reconhecer	51 306	62 131
	51 306	62 131

Edmundo Espírito Santo
Gerente Administrativo

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

14.2. Passivo

	2024	2023
Subsídio do Governo de Cabo Verde	5 330	7 170
Subsídio de Doadores	205 653	234 941
Rendas Dominiais	54	80
	211 037	242 191

Os gastos a reconhecer (diferimentos Ativo) no montante de mECV 51.306 correspondem a prémios de seguro referentes a 2025 pagos antecipadamente em 2024, no montante de mECV 22.252 e a serviços e fornecimentos de diversa natureza referentes aos próximos exercícios, mas cujos desembolsos se efetivaram no exercício 2024, no montante de mECV 29.054.

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa, referida na Nota 3.14, a Empresa reconheceu como rendimento na demonstração dos resultados do exercício de 2023, o montante de mECV 31.360 (Nota 22), relativo ao reconhecimento das comparticipações recebidas a fundo perdido do Governo de Cabo Verde e do Governo dos Países Baixos para as obras de expansão do Porto Grande, rampas metálicas do Porto Novo e Porto Grande, doação do fundo OREO para o rebocador Praia Maria adquirido em 2019 e doação da Fundação Italiana da Marinha Mercante para o projeto de inovação e transformação digital do sistema informático.

15. Capital Realizado

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital é detido na sua totalidade por um único acionista, o Estado de Cabo Verde, através da Direção Geral do Tesouro.

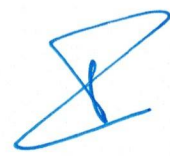
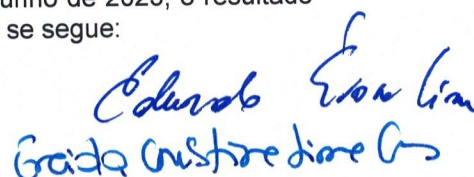
O capital social está fixado em mECV 1.200.000, e está constituído por 1.200.000 ações, de valor nominal de mECV 1, cada.

16. Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Reservas Legais	172 502	165 284
	172 502	165 284
Reservas Livres	776 171	776 171
Reservas para Investimento	1 053 751	1 053 751
Reservas para Melhoramentos	73 418	73 418
	1 903 340	1 903 340

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de abril de 2024 e 13 de junho de 2023, o resultado líquido do exercício de 2023 e 2022, respetivamente, foi aplicado como se segue:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

	2023	2022
Reserva Legal	7 219	12 792
Reserva para cobertura prejuízo	64 969	115 127
Dividendos	72 188	127 919
	144 375	255 838

Reserva legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício, nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva para investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações

O acionista decidiu aplicar 45% do Resultado Líquido, mECV 64.969, obtido no exercício de 2023, na cobertura de parte do prejuízo registado em Outras Alterações no Capital Próprio, resultante da anulação por parte da Administração Fiscal do crédito de IVA dos anos de 2014 a 2020.

Relativamente aos dividendos, a deliberação foi no sentido da distribuição de 50% do Resultado Líquido do exercício de 2023, mECV 72.188. O montante distribuído será utilizado para encontro de contas com os desembolsos de projetos da responsabilidade do Estado conforme já referenciado na Nota 12.1.

Em Resultados Transitados foram registadas as remunerações variáveis e respetivos encargos, do Conselho de Administração respeitantes aos exercícios 2017 a 2020, no montante de mECV 23.466, cujo pagamento se efetivou em 2024 fruto de um acordo entre o acionista e os membros do Conselho de Administração dos referidos exercícios.

17. Financiamentos Obtidos

17.1. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

Entidade Bancária	Saldo em 31 de dezembro 2024						Saldo em 31 de dezembro 2023		
	Ano	Montante	Montante	Passivo	Passivo	Saldo Total	Passivo	Passivo	Saldo Total
	Contração	Obtido	Liquidado	Corrente	não	em	Corrente	não	em
	Empréstimo		em 2024		Corrente	Dívida		Corrente	Dívida
BEI - Expansão Porto Palmeira (a)	2009	2 483 185	-	379 058	490 291	869 350	218 682	650 667	869 350
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (b)	2009	1 240 125	-	192 104	290 456	482 560	106 985	358 630	465 615
BCA - Aquisição de Rebocador PPraia (c)	2018	132 000	24 330	-	-	-	10 489	-	10 489
BCA - Empréstimo para cobertura Investimentos (d)	2019	150 000	31 456	-	-	-	33 066	-	33 066
BCA - Empréstimo C/P Caucionada (e)	2023	210 000	75 000	135 000	-	135 000	12 000	-	12 000
BCN - Empréstimo para cobertura Investimentos (f)	2021	700 000	58 764	63 523	507 043	570 566	61 097	570 566	631 663
BAICV - Empréstimo para cobertura Investimentos (g)	2022	700 000	39 745	61 764	598 491	660 255	39 055	506 896	545 951
TOTAIS		5 615 310	229 295	831 449	1 886 282	2 717 731	481 375	2 086 760	2 568 134

(a) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 2.483.185 será amortizado em 20

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos foi indicado o modelo de taxa de juros a aplicar à respetiva tranche. No final da utilização do empréstimo, foi efetuado uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tinha um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008, iniciando-se a sua amortização em 2013. Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tem como responsabilidades, o montante de mECV 869.350, sendo mECV 379.058 a curto prazo e mECV 490.291 a médio e longo prazo;

(b) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.964 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2% e um período de carência de capital de 5 anos, tendo o início da sua amortização ocorrido em 2014. Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tem como responsabilidades em escudos cabo-verdianos, o montante de mECV 482.560, com o devido registo das diferenças de câmbio, pelo que se encontra registado como responsabilidade a curto prazo o montante mECV 192.104 e como encargo a médio e longo prazo valor de mECV 290.456;


(c) Durante o exercício de 2017, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 132.000, para financiar a aquisição de um rebocador para o Porto da Praia. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses, sendo que a disponibilização do referido valor só ocorreu em maio de 2018. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais em 72 prestações de capital e juros de mECV 2.126, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 1 de maio 2018. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em maio/2024, a Empresa liquidou a última prestação referente a este empréstimo;

(d) Durante o exercício de 2019, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 150.000, para financiar a aquisição de equipamentos portuários. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais em 60 prestações de capital e juros de mECV 2.831, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 19 de dezembro 2019. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada como garantia uma livrança, e a empresa fica sujeito ao cumprimento de *covenants* de autonomia financeira maior que 30% e Net Debt/EBITA menor ou igual 3 vezes. O prazo de vencimento é dezembro/2024;

(e) A conta corrente caucionada é um financiamento de curto prazo (6 meses renovável) cuja finalidade é o apoio à tesouraria. O montante total disponibilizado é de mECV 150.000 e à data de 31 de dezembro de 2024, a verba utilizada era de mECV 135.000.

(f) Em setembro de 2021, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCN sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 700.000, para financiar a aquisição de equipamentos portuários e obras de infraestruturas portuárias para o período de 11 anos, incluindo 1 ano de carência de capital, tendo como prazo de utilização, 12 meses. A amortização iniciou-se em novembro/2022, sendo 120 prestações de capital e juros de mECV 7.054, vencendo juros à taxa anual de 3,9%. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada como garantia uma livrança. Em 31 de dezembro de 2024, tem como responsabilidades, mECV 570.566, sendo mECV 63.523 a curto prazo e mECV 507.043 a médio e longo prazo.

g) Em outubro de 2022, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BAI Cabo Verde sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 700.000, para financiar a aquisição de equipamentos portuários e obras de infraestruturas portuárias para o período de 11 anos, incluindo 1 ano de carência de capital, tendo como prazo de utilização, 12 meses. Devido à atrasos no arranque de alguns investimentos, a Empresa solicitou o alargamento do período de carência por mais 6 meses. Em maio/2024, a Empresa solicitou o último desembolso, tendo o reembolso



Edurdo Elias Gomes
Cécilia Cristina Jorge

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

iniciado também nesse período. A amortização do empréstimo será efetuada em 120 prestações de capital e juros à taxa anual variável de 3,7%, indexável à Taxa de Cedência de Liquidez do BCV. Como garantia de cumprimento foi assinada uma livrança. Assim, em 31 de dezembro de 2024, tem como responsabilidades, mECV 660.255, sendo mECV 61.764 a curto prazo e mECV 598.491 a médio e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos é como se segue:

Financiamentos Obtidos	Montante					
	em Dívida 31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029 e Seguintes
BEI - Expansão Porto Palmeira	869 350	379 058	160 376	161 852	168 064	-
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners	482 560	192 104	81 226	81 226	64 786	-
BCA - Empréstimo C/P Caucionada	135 000	135 000	-	-	-	-
BCN - Empréstimo para cobertura Investimentos	570 566	63 523	63 523	66 045	68 667	308 809
BAICV - Empréstimo para cobertura Investimentos	660 255	61 764	61 764	64 730	67 839	404 159
TOTAIS	2 717 731	831 449	366 888	373 852	369 356	712 967

O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

17.2. Juros e gastos similares suportados

Os juros suportados com as várias modalidades de financiamento variam entre 2% e 5%:

	2024	2023
Juros de Financ..Projetos e Obras	43 085	37 878
Juros de Financ. Equipamentos	55 865	42 038
Diferenças de Cambio Desfavoráveis	16 945	-
Outras Perdas Financiamento	2	-
	115 897	79 916

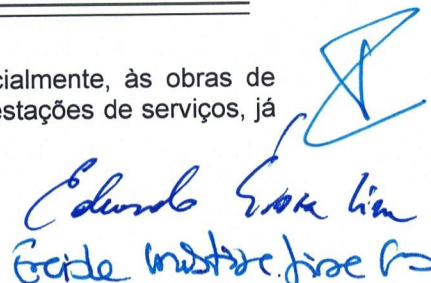
As diferenças de câmbio desfavoráveis, no montante de mECV 16.945 são referentes à atualização à data do Balanço do empréstimo de retrocessão obtido em moeda chinesa para a aquisição de scâneres de contentores do Porto Grande, Porto da Praia e Porto da Palmeira.

18. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2024	2023
Fornecedores c/Corrente	77 739	66 942
	77 739	66 942

Os saldos das contas a pagar a fornecedores, correspondem, essencialmente, às obras de conservação e reparação realizadas, compras de inventários, bens e prestações de serviços, já



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

rececionados nos armazéns e conferidos.

19. Prestação de Serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na introdução a este anexo:


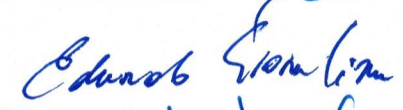

	2024	2023
Movimentação de Mercadorias	2 281 560	2 143 078
Aluguer de Equipamentos Portuários	246 261	209 600
Serviço Prestado a navios	308 036	279 413
Outras Prestação de Serviços	21 508	19 870
Serviços Secundários	158 305	133 177
	3 015 670	2 785 137

No exercício de 2024 verifica-se um aumento de 8,28% nas prestações de serviços, que representa um acréscimo em termos absolutos de mECV 230.522, em relação ao ano de 2023. Este aumento resulta essencialmente do acréscimo de 7% registado no tráfego de longo curso, em quase todos os grupos de mercadorias, "Carga Convencional" (+11,1%), "Granel Sólido" (13,2%), "Carga Contentorizada" (+3,6%) e "Granel Sólido" (+0,8%), à exceção do "Pescado" que registou um ligeiro decréscimo de 1,4%. Destaca-se o aumento de 6,5% no tráfego de contentores, o principal segmento de mercado da Empresa, com uma movimentação adicional de 5.592 TEU's em relação ao ano de 2023.

20. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2024	2023
Água	24 975	32 684
Electricidade	124 252	113 325
Combustíveis e outros fluidos	10 667	10 875
Conservação e Reparação	24 746	35 639
Ferramentas Utensílios Desgaste rápido	390	946
Material de escritório	4 530	4 096
Publicidade e Propaganda	12 044	9 951
Limpeza Higiene e Conforto	27 211	26 272
Rendas e Alugueres	694	760
Despesas de Representação	618	934
Comunicação	17 279	18 210
Seguros	25 619	24 528
Vigilância e segurança	79 104	82 875
Royalties	23 605	23 581
Honorários / Consultoria	35 263	38 234
Transporte de Pessoal e Invent.	32 617	32 709
Deslocações e Estadias	33 179	30 482
Serviços Bancários	3 012	4 285
Outros	8 760	7 173
	488 565	497 559

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

O saldo da rubrica “Fornecimento e serviços externos” em 31 dezembro de 2024 demonstra um decréscimo dos gastos em mECV 8.993. Destacam-se as diminuições registadas nos gastos com água, conservação e reparação, vigilância e segurança e nos gastos com honorários/consultoria. Com tendência inversa, registam-se acréscimos com eletricidade, publicidade e propaganda e deslocações e estadias, em relação ao ano anterior.

21. Gastos com o Pessoal

O número de trabalhadores da ENAPOR nos períodos findos em 31 dezembro de 2024 e 2023, atenta a natureza do vínculo contratual, foi o seguinte:

	2024	2023
Pessoal Administrativo	524	544
Trabalhadores Portuários	434	453
Trabalhadores Portuários avulsos	532	671
	1 490	1 668

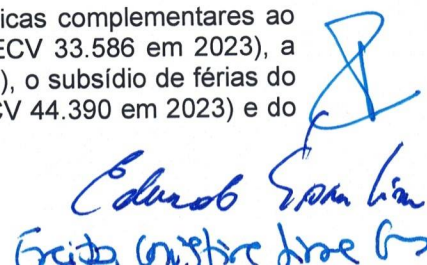
O quadro abaixo, resume os gastos com o pessoal:

	2024	2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	11 874	11 874
Remunerações do Pessoal (i)	1 050 102	1 026 964
Remunerações Adicionais	291 154	280 018
Indemnizações ao Pessoal	270	319
Encargos s/Remunerações	206 094	199 581
SOATDP	19 469	19 506
Formação Profissional	1 869	2 176
Ação Médico-Medicamentosa	632	653
Festividades da Empresa	9 455	9 613
Fardamento do Pessoal	292	11 071
Compensação Reforma Antecipada	4 456	5 645
Outros Gastos c/Pessoal	6 233	5 356
	1 601 902	1 572 776

(i) comporta todas as remunerações base do pessoal administrativo e do corpo da estiva.

Regista-se um acréscimo de 1,9% nos gastos com o pessoal resultante do acréscimo das remunerações da mão de obra portuária, consequência do acréscimo da atividade portuária (+5,5% na movimentação geral de mercadorias, sendo 7% no tráfego de longo curso e 3,9% no tráfego de cabotagem), nomeadamente no tráfego de contentores, não obstante, o ligeiro decréscimo no tráfego de pescado.

As remunerações adicionais em 2024, são compostas por várias rubricas complementares ao salário, destacando-se as horas extraordinárias de mECV 31.772 (mECV 33.586 em 2023), a isenção horária no montante de mECV 57.358 (mECV 58.578 em 2022), o subsídio de férias do pessoal do quadro administrativo no montante de mECV 43.888 (mECV 44.390 em 2023) e do



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

peçoal da mão de obra portuária no montante de mECV 29.622 (mECV 29.062 em 2023) e ainda do subsídio de Natal do peçoal do quadro administrativo no montante de 37.938 mECV (mECV 36.075 em 2023) e do peçoal da mão de obra portuária no montante de 31.078 mECV (mECV 23.305 em 2023).

22. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica *outros rendimentos e ganhos* apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Rendimentos em Alienações Ativos	7 547	962
Rendimentos em Sinistros Ativos	2 628	1 966
Rendimentos em Rendas	139 317	117 795
Correções Períodos Anteriores	43 330	46 645
Imputação de Subsídios para Investimentos (Nota 14.2)	31 360	34 980
Outros	1 534	4 780
	225 715	207 128

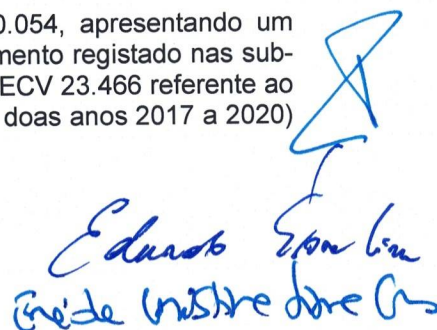
Esta rubrica atingiu o montante de mECV 225.715 em 2024, registando um acréscimo de 8,97% em relação ao ano de 2023, justificado essencialmente, pelo aumento nos rendimentos em rendas (novos contratos de sub-concessões) e rendimentos em alienação de ativos (alienação de duas viaturas descontinuadas do Porto de Vale de Cavaleiros e uma viatura descontinuada do Porto de Sal-Rei).

23. Outros Gastos e Perdas

A rubrica *outros gastos e perdas* apresenta a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Impostos	4 463	4 641
Correções Relativas a Períodos Anteriores	35 627	15 319
Donativos e Quotizações	27 767	18 997
Outros Gastos Operacionais	1 811	1 976
Perdas em Inventário	328	16
Diferenças de câmbio	40	-
Gastos em Inv.não Financ.-Sinistros	19	569
Total	70 054	41 518

No exercício de 2024, esta rubrica atingiu o montante de mECV 70.054, apresentando um aumento de 68,73% em relação ao exercício de 2023, resultado do aumento registado nas sub-rubrica, Correções Relativas a Períodos Anteriores (inclui o montante mECV 23.466 referente ao pagamento das remunerações variáveis do Conselho de Administração dos anos 2017 a 2020) e Donativos e Quotizações.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

24. Depreciações e Amortizações

A rubrica de “Depreciações e Amortizações” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	1 456	1 456
Total Propriedade de Investimento	1 456	1 456
Edifícios e Outras Construções	212 084	210 759
Equipamento Básico	245 058	240 446
Equipamento de Transporte	12 938	12 813
Equipamento Administrativo	44 279	44 632
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7 346	8 091
Total Ativos Fixos Tangíveis	521 706	516 742
Software	2 816	5 107
Outros Ativos Intangíveis	5 817	3 024
Total Ativos Intangíveis	8 633	8 131
	531 795	526 329

25. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, os juros e rendimentos similares obtidos foram os seguintes:

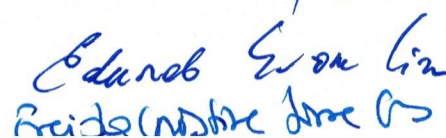
	2024	2023
Ganhos		
Juros obtidos		
Juros de depósitos a prazo (Nota 4)	-	12
Outros	129	59
Diferenças de câmbio	-	34 269
Total	129	34 341

26. Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

De acordo com CIRPC (Lei nº82/VIII/2014) que entrou em vigor em 1 janeiro de 2015, introduzindo a taxa autónoma, a rubrica «Imposto sobre o rendimento do período» apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023:

	2024	2023
Imposto Corrente	68 870	48 400
Imposto Diferido	-	1 552
Imposto Incêndio	1 377	971
Taxa Autónoma	1 277	1 197
Total	71 524	52 119





ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

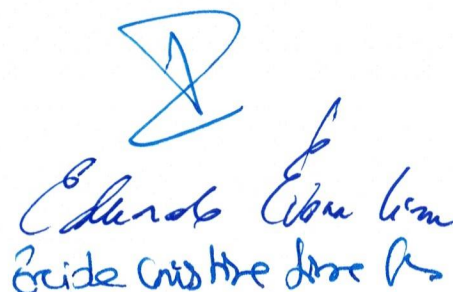
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal é apresentado na tabela seguinte e baseia-se na declaração fiscal do Modelo 1B do IRPC:

	2024	2023	
Resultado Antes Imposto RAI	314 891	196 495	
ACRÉSCIMOS	55 940	31 058	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	35 627	15 319	
Depreciações e amortizações efetuadas fora previsto IRPC	414	486	
Ativo por imposto diferido	-	1 552	
Despesas não devidamente documentadas	326	53	
Prémios de seguros de doença e acidentes pessoais	668	592	
Imposto único sobre o património	211	172	
"+" 30% gastos c/viaturas ligeiras de passageiros ou mistas	5 392	4 799	
"+" 50% gastos c/despesas representação	309	467	
Realizações de utilidade social não dedutíveis	2 492	805	
Donativos p/além dos limites legais	9 745	6 625	
Outras correções não previstas nos campos anteriores (NRF 21)	756	189	
DEDUÇÕES	42 122	6 917	
Benefícios fiscais (n.º 3 art.75º OE 2024)	42 122	-	
Outras correções não previstas nos campos anteriores (NRF 21)	-	6 917	
ACRÉSCIMO NA MATERIA COLECTAVEL	13 818	24 140	
MATÉRIA COLECTÁVEL	328 709	220 635	
CÁLCULO IMPOSTO			
Imposto à taxa normal (1)	21%	68 870	48 540
Deduções a colecta (B.O n.º134 31/12/23 artº41 Orçamento Estado 23) (2)		-	140
Pagamentos fraccionados (3)		29 124	48 400
IRPC liquidado (4)=(1-2-3)		39 747	-
Retenções na fonte (5)		-	9
IRPC a pagar (6)		39 747	-
IRPC a recuperar (7)		-	9
Imposto incêndio (8)	2%	1 377	971
Tributações autónomas (9)		1 277	1 197
Pagamentos fraccionados (10)		10 468	1 197
Imposto Diferido (11)		-	1 552
TOTAL A PAGAR (12)		31 933	962
Imposto sobre o rendimento do período (1-2+8+9+11)		71 524	52 119

A Lei n.º 35/X/2023 de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento do Estado para o exercício económico de 2024 reduziu a taxa de IRPC de 22% em 2023 para 21% em 2024.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

27. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo.

28. Garantias Prestadas e Recebidas

28.1 Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde e pela Empresa para obtenção de financiamentos eram como se segue:

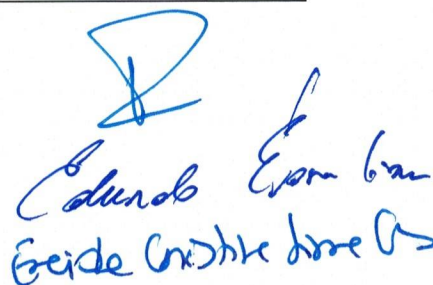
Entidade Financeira	Emitente	2024	2023
Banco Comercial do Atlântico	Gov. CV	-	132 000
Ecobank	Enapor	-	-
Banco Cabo-verdiano de Negócios	Enapor	-	-
		-	132 000

Com a amortização total do empréstimo para financiamento da aquisição do Rebocador Praia-Maria, não existiam em 31-12-2024 quaisquer garantias prestadas nem pelo Governo de Cabo Verde, nem pela Empresa.

28.2 Garantias Recebidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias recebidas de clientes, resultante da política da Empresa, por forma a garantir o bom pagamento dos serviços prestados eram como se segue:

Cliente	Entidade Emitente	2024	2023
Atunlo CV, S.A.	Abarca Companhia de Seguros, S.A.	71 672	71 672
GS Lines - Transp.Marítimos, Lda	Banco Cabo-verdiano de Negócios	26 500	26 500
Navex-Cabo Verde Agência de Navegação, Lda	Caixa Económica de Cabo Verde	11 360	11 360
Cimpor Cabo Verde, S.A.	Ecobank - Banco Panafricano	8 417	8 417
Polar	Garantia Seguros	4 900	4 900
Maersk	Ecobank - Banco Panafricano	4 000	4 000
ANV, S.A.	Banco Comercial do Atlântico	3 000	3 000
Secil	Banco Cabo-verdiano de Negócios	3 500	3 500
Miller & CIA CV-Sociedade Unipessoal, Lda.	Caixa Económica de Cabo Verde	3 000	2 391
Moave	Banco Comercial do Atlântico	2 404	-
Logis CV, Limitada	Banco Comercial do Atlântico	1 552	1 552
Carlos Veiga, Lda.	Ecobank - Banco Panafricano	816	816
União Transportes Marítimos	Banco Comercial do Atlântico	470	470
Vivo Energy Cabo Verde, SA	Garantia Seguros	1 500	-
		143 091	138 578



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

29. Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de dezembro de 2024 não existem divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

30. Outras Informações Cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de dezembro de 2024 não existem outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

31. Eventos subsequentes

Não ocorreu qualquer evento subsequente após 31 de dezembro de 2024 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

32. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 14 de março de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Beatriz B. Monteiro Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Imagem [assinatura] do Conselho



Portos de Cabo Verde

Edmundo Gomes
Presidente do Conselho

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Enapor - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 6.851.191 milhares de Escudos Cabo-Verdianos e um total de capital próprio de 3.169.944 milhares de Escudos Cabo-Verdianos, incluindo um resultado líquido de 243.367 milhares de Escudos Cabo-Verdianos), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no parágrafo 1 na seção "Bases para a opinião com reservas", e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos parágrafos 2 a 4 da mesma seção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Enapor - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

1. A Enapor exerce a sua atividade ao abrigo de um contrato de concessão, celebrado em 18 de janeiro de 2016, sob o título de "Contrato de Concessão Geral do Serviço Público Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, tendo por base as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 31/2015, cujas cláusulas principais e condicionalismos encontram-se descritas na Nota Introdutória. Nestas circunstâncias, supletivamente, a Entidade deveria ter procedido, e não procedeu, a análise e registo nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 dos efeitos decorrentes da adoção, da "International Financial Reporting Interpretations Committee nº 12 - Service Concession Arrangements" ("IFRIC 12") de 1 de janeiro de 2008, tendo mantido, nomeadamente, os procedimentos de reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos afetos à Concessão que tinham vindo a ser adotadas antes da assinatura do Contrato de Concessão, encontrando-se os mesmos incluídos em 31 de dezembro de 2024, essencialmente, na rubrica de "Ativos fixos tangíveis", cujo saldo total ascende, aproximadamente, a 4.878.803 mECV (líquido de depreciações acumuladas de 10.127.133 mECV) (4.964.479 mECV líquido de depreciações acumuladas de 9.627.837 mECV em 31 de dezembro de 2023)

Adicionalmente demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não incluem os efeitos decorrentes de eventuais rendas por faturar a Entidade pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, conforme previsto no Contrato de Concessão supra mencionado.

Não obtivemos informações suficientes, até a presente data, que nos permitisse concluir sobre os efeitos dos assuntos acima mencionados, que entendemos serem significativos, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2024.

2. O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2024 inclui na rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos", o montante de, aproximadamente, 226.285 mECV (162.325 mECV em 31 de dezembro de 2023) que inclui contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") no montante de 216.968 mECV (142.541 mECV em 31 de dezembro de 2023), conforme descrito na nota 12.1, relativo ao saldo de IVA a receber apurado durante o exercício de 2022, 2023 e 2024. Em 2021, com a entrada em vigor em 15 de junho de 2021 do Despacho nº 7/2021 os montantes de reembolsos anteriormente solicitados pela entidade durante os anos de 2014 a 2020 no montante de 529.361 mECV foram considerados indevidos pela Direção Nacional de Receitas do Estado, tendo a entidade regularizado este ativo em contrapartida de Capital Próprio na rubrica "Outras variações no capital próprio". Dado ao histórico recente em relação a esta matéria e dificuldades identificadas na sua recuperação, consideramos que, numa perspectiva de prudência, o montante de 216.968 mECV deveria ter sido objeto de imparidade. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o ativo e as reservas acumuladas encontram-se, aproximadamente, sobreavaliados em 216.968 mECV e 142.541 mECV, respetivamente, e o resultado líquido do exercício de 2024, sem consideração dos impactos fiscais, encontra-se sobreavaliado no montante de, aproximadamente, 74.427 mECV.
3. O balanço da Empresa em 31 de dezembro de 2024 inclui saldos a receber de "Clientes" no montante de, aproximadamente, 709.532 mECV (líquido de perdas por imparidade acumuladas no montante de aproximadamente 212.147 mECV). A nossa análise ao valor de realização daquelas contas a receber, naquela data, revelou que aquelas perdas por imparidade acumuladas se encontram insuficientes no montante de, aproximadamente, 149.339 mECV (73.403 mECV em 31 de dezembro de 2023), sendo que este montante refere-se, em parte, a entidades relativamente às quais não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, representando cerca de 105.266 mECV do montante global apurado de insuficiência de imparidades em 31 de dezembro de 2024. Pela sua antiguidade e dificuldade identificada na sua cobrança, consideramos numa perspectiva de prudência, que deveria ter sido objeto de imparidade. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o ativo e as reservas acumuladas encontram-se, aproximadamente, sobreavaliados em 149.339 mECV e 73.403 mECV, respetivamente, e o resultado líquido do exercício de 2024, sem consideração dos impactos fiscais, encontra-se sobreavaliado no montante de, aproximadamente, 75.936 mECV.
4. A Enapor procedeu ao reconhecimento em 2024 de rendimentos no valor de mECV 5.700 (mECV 30.400 em 2023) provenientes da utilização, no exercício, de um edifício, propriedade da Entidade, por um terceiro (em 2023, período de setembro de 2018 a 2023). Uma vez que o rendimento registado não se encontra suportado por nenhum contrato/acordo assinado entre as partes, e pelo facto de não existir nenhum histórico real ou intenção de pagamento da renda registada pela Entidade, consideramos que não é provável o influxo de benefícios económicos futuros em decorrência do reconhecimento de tal rendimento. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o ativo e as reservas acumuladas encontram-se, aproximadamente, sobreavaliados em 36.100 mECV e 30.400 mECV, respetivamente, e o resultado líquido do exercício de 2024, sem consideração dos impactos fiscais, encontra-se sobreavaliado no montante de, aproximadamente, 5.700 mECV.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accounts* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento do Rédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A rubrica Vendas e Prestações de Serviços totaliza a 31 de dezembro de 2024 um valor de 3.015.670 mECV (2.785.137 mECV em 31 de dezembro de 2023).</p> <p>O detalhe das Vendas e Prestações de Serviços e as políticas contabilísticas são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras (Notas 3.9 e 19). A Enapor opera num contexto complexo devido ao seu elevado volume de negócios, disperso por 9 ilhas, onde cada uma tem sua própria gestão. Esta complexidade é exacerbada pela estrutura de tarifas, rigorosamente definida por lei, com a adição de vários acordos de isenções ou reduções tarifárias. Além disso, a operacionalidade envolve a gestão de escalas de navios, que frequentemente se estendem por exercícios diferentes, introduzindo a necessidade de registar estimativas complexas. Esta situação requer uma avaliação cuidadosa na auditoria, não só pelos valores significativos envolvidos, mas também devido às políticas contabilísticas e julgamentos da Gestão, que variam consoante a relevância dos clientes e das condições de mercado.</p> <p>A diversidade de transações e fontes de receita demanda controlos internos sofisticados e sistemas de IT, bem como uma monitorização atenta para assegurar um reconhecimento adequado de receitas. Esta complexidade e o risco inerente ao processo de reconhecimento de receitas destacam a importância de tratar este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendemos e avaliamos o processo de receita da empresa, abrangendo controlos gerais de IT e aplicações específicas, reforçada pela utilização de ferramentas analíticas; ▶ Analisamos a correlação tríplice entre vendas, clientes e bancos, investigamos a margem bruta mensal e examinamos as operações de corte, incluindo a reconciliação com escalas em aberto e análise de notas de crédito emitidas em janeiro de 2025 para verificar apropriações ao período correto; ▶ Utilizamos ferramentas analíticas para verificar a aplicação consistente e adequada das políticas contabilísticas; ▶ Analisamos as atas das reuniões da Administração e órgãos sociais, inquirimos a Administração e os diretores da área do rédito sobre as considerações e fundamentos efetuados quanto aos acordos de isenção ou redução de tarifa, incluindo testes específicos na observação de transações não usuais através da utilização de ferramentas analíticas; ▶ Analisamos as respostas aos pedidos de confirmação efetuados aos clientes e avaliamos o reconhecimento do rédito no período correto; e ▶ Avaliamos o tratamento contabilístico aplicado pela Entidade e aferimos sobre a adequação das divulgações aplicáveis às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionados como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o Relatório de Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o relatório de gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia e fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação aí constante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre o relatório de gestão, concluirmos que existe distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Praia, 28 de março de 2025

EY Cabo Verde – Auditores e Consultores – Sociedade de
Auditores Certificados, Lda.
Representada por:



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado na OPACC com o n.º 41

Rui Abel Serra Martins
Partner

CONSELHO FISCAL DA ENAPOR, SA

Mindelo

S. Vicente

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2024 DA EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao abrigo das competências do Conselho Fiscal, constantes dos artºs 28º, 29º e 30º dos novos Estatutos, definindo funções, competências e poderes respetivamente, do Conselho Fiscal, coadjuvados com os artºs 239º 2) e 337º do CSC – Código das Sociedades Comerciais e artº 25º do estatuto do gestor público, analisamos o balanço, demonstração dos resultados, mapa de fluxo de caixa, mapa de variação do capital e anexos ao Balanço e DR da **Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA**, abreviadamente **ENAPOR, SA**, com sede em Mindelo, ilha de S. Vicente, apresentadas pela Administração empossada na AGO de 10 de Junho de 2022 (Ata nº 40) e um relatório constituído pontos fulcrais: i) Enquadramento do negócio ii) Enquadramento das atividades, iii) Principais investimentos estratégicos iv) Gestão das concessões, v) Análise económica e financeira e vi) Evolução previsível.

A nossa eleição, na Assembleia Geral de 10 de Junho de 2022 (Ata nº 40 da AGO), por um mandato de 3 anos, vai permitir-nos acompanhar e produzir recomendações e outros procedimentos que acharmos pertinentes. Demos um acompanhamento possível a sociedade, participamos em todas as Assembleias Gerais e através do Conselho de Administração, tomamos conhecimento das decisões registadas em atas para sintonizarmos com os objetivos da Enapor, SA.


Para efeito de cumprimento dos deveres especiais das Empresas do SEE, em conformidade com a Portaria nº48/2021, damos o nosso parecer ao exercício económico de 2024, relevando os seguintes pontos:

I - Resultado operacional / Resultado líquido – no processo de retoma da economia, a Enapor continuou a crescer, independentemente dos eventos globais mundiais, como a guerra na Ucrânia e Médio Oriente, crescimento económico global, crises climáticas e catástrofes naturais, política monetário global entre outros fatores mundiais e nacionais. Os resultados operacionais de 430.659 mECV, (+77,9% em relação a 2023), devido a ao aumento dos rendimentos operacionais para 3.247.447 mECV (+7,4% em relação a 2023), aumentando os gastos operacionais de somente 35.577 mECV (+1,3% em relação a 2023). De salientar que quase toda atividade básica cresceu em termos de volume/número, nomeadamente, i) a movimentação de navios nos Portos de Cabo Verde (+3,6%), ii) movimento de passageiros (+8,3%), iii) movimento de mercadorias (+12%), incluindo o pescado, iv) movimento de contentores +6,5% e v) Outros rendimentos cresceram 18.587 mECV (+9%),

Os gastos operacionais globais, incluindo depreciações e amortizações e ajustamentos de inventários, tiveram um aumento 35.577 mECV (+1,3 em relação a 2023). Os GMVC - Gastos com materiais vendidos e consumidos -7.078 mECV (-6%), fornecimentos e serviços externos -8.993 mECV (-1,8%), despesas com o pessoal 29.126 mECV (+1,9%), depreciações e amortizações 5.466 mECV(+1%), ajustamentos em inventários -11.480 mECV(-45%), outros gastos 28.537 (+68,7%) .

Os resultados líquidos atingiram 243.367 mECV (144.375 mECV em 2023), com a contribuição do resultado financeiro de -115.768 mECV (RL 72.563 do PAO para 2024).

II - Dívidas a receber - das dívidas a receber no montante global de 1.526.117 (976.857 mECV em 2023), a preocupação será para os clientes com 709.532 mECV (582.643 em 2023), líquida das imparidades, sendo o Estado e outros entes públicos responsável por 782.212 mECV (51,25% * total das dividas totais a receber), inclui imparidade de clientes 212.147 mECV (Privados 161.290 mECV e Público 50.857 mECV). É nossa opinião, que o Ministério das Finanças deve rever a política dos créditos, nomeadamente de curto prazo, tendo em conta que alguns clientes do setor privado têm garantia do Estado e as necessidades de fundo maneio continuam baixas para estruturas Enapor (79.035 mECV em 31.12.24). A própria Auditoria, pede um reforço de imparidades e concordamos.



III - Inventários – apesar da redução dos gastos com os inventários de 7.079 mECV (-6%), continua um investimento de risco, mesmo com as correções introduzidas em 31.12.24, passando o stock final para 120.575 mECV e com imparidades acumuladas de 101.797 mECV (48%* bruto). Desse stock bruto final 7.555 mECV encontrava em trânsito a 31.12.24, somando os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas 110.468 mECV.

IV - Gastos de estrutura – os gastos de estrutura do exercício em análise, aumentaram globalmente 20.133 mECV e destacaremos: i) Os fornecimentos e serviços externos, reduziram para 488.565 mECV (497.559 mECV em 2023), nessa redução há que deduzir cerca de 75.768 mECV de água e eletricidade vendidos, com margem bruta de +/-20%, ii) Gastos com o pessoal, aumentaram para 1.601.902 mECV (1.572.776 mECV em 2023), esse aumento aconteceu com remunerações e encargos com remunerações porque todos outros itens diminuíram. O balanço social da ENAPOR sofreu uma redução, passando a 1.691 trabalhadores (545 administrativos, 453 portuários e 693 ocasionais), correspondente a -10,7% do número de trabalhadores de 2023. Os gastos com o pessoal constituíram no exercício cerca 58% dos gastos globais operacionais, incluindo os gastos com eletricidade e água para venda a terceiros). Foi processado um subsídio de Natal na ordem dos 75% dos salários de base para todos os colaboradores e de acordo com regras definidas pelo CA. Um outro gasto de estrutura que seria de considerar – renda da concessão – resultante do contrato de Concessão Geral do Serviço Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº.52/2015 de 15 de Junho, onde Enapor, SA, pagaria 10% da receita total das cobranças proveniente de tarifas de atividades sujeitas a regulação económica nos Portos, objeto da concessão, no entanto e para assegurar o tratamento contabilístico do contrato de concessão, a Enapor teria de recorrer, supletivamente, das normais internacionais de contabilidade, mais concretamente da IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee (12 – Acordos de Concessão de Serviços), não depreciando os bens da concessão. Continua a não ter condições para materializar essa decisão do Governo de Cabo Verde, pelo desfasamento que traria na apresentação das contas.

V - Investimentos/financiamento – dos projetos em carteira, registou-se como aquisições e pagos em 2024, o montante de 755.397 mECV, incluindo ativos intangíveis

de 16.469 mECV. Os projetos transferidos e em curso no exercício, totalizando 777.919 mECV, e dentro desses projetos, salientamos o peso de alguns: i) Terminal de Cruzeiros do Porto Grande (30,7%), ii) Pipe line de gasolina na Palmeira (23,3%), iii) Centro expurgo P.Novo (10%) e iv) Obras reabilitação piso e vigas coroamento Cais cabotagem PF (6,5 %), v) Remodelação Oficinas PG (5,5%), vi) Outros projetos (24%). Ainda dentro dos Ativos intangíveis, foi investido 49.325 mECV e salienta-se o “Serviço de avaliação da maturidade de inovação digital da empresa” e o “Plano de continuidade de negócio e gestão de crise, no valor 31.735 mECV. Os planos de financiamento foram cumpridos, existia parte dos fundos em Bancos para o efeito e ainda se recorreu em 2024 a financiamentos bancários, no valor de 499.175 mECV. A Enapor, continua a sentir necessidade de destringir os investimentos de concessão, dos investimentos recebidos no âmbito do contrato de concessão do Estado, fazendo adaptação as normas internacionais sobre concessões.


VI - Tesouraria - relativamente a tesouraria, o fluxo de caixa das atividades operacionais não produziu fluxos suficientes (+722.047 mECV), para cobrir os fluxos de atividades de investimento (-755.397 mECV) e financiamento (85.411 mECV). Para financiar os projetos concluídos e em curso até 31.12.24, Enapor recorreu a um financiamento bancário, tendo desembolsado dos Bancos 499.175 mECV, no exercício. A tesouraria chegou a 31.12.24, com uma variação positiva do caixa e seus equivalentes de 62.061 mECV e um saldo final de 175.595 mECV..

VII – Indicadores de gestão – apesar de necessidade de fundo de maneo positiva de 79.035 mECV, insuficiente para estrutura da Enapor, o exercício económico, em análise, apresenta uma ligeira quebra de quase todos os indicadores, sendo a liquidez geral 1,04, autonomia financeira de 0,46 e a solvabilidade total 0,86. Dos indicadores alertamos para um maior acompanhamento da carteira de clientes cujo prazo médio de recebimento é de 107 dias (100 dias em 2023). De salientar que o prazo médio de pagamentos aumentou para 61 dias (53 dias em 2023). A rentabilidade líquida do capital próprio aumentou para 8% (5% em 2023) e dos capitais investidos subiu para 4% (2% em 2023). Com uma EBITDA de 962.454 mECV, apresenta uma EBIT 430.659 mECV e um cash-flow de 800.047 mECV

VIII - Aprovação - tendo em conta os exames e análises efetuados e parecer com reservas do auditor independente, a nossa opinião é favorável a aprovação: (i) Demonstrações Financeiras de 2024, sendo o Ativo de 6.851.191 mECV, Capital Próprio de 3.169.944 mECV, Passivo de 3.681.246 mECV e um Resultado Líquido de 243.367 mECV; (ii) Relatório do Conselho de Administração; (iii) Relatório do auditor independente, que fazem parte integrante deste relatório do Conselho Fiscal.

Mindelo, 31 de Março de 2025

O Conselho Fiscal



.....
José Luís Semedo
Presidente



.....
Manuel de Jesus Monteiro
Vogal



.....
Milton Paiva
Vogal

